

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências

Programa de Pós-Graduação em

Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Vivian Bonani de Souza

**Reforçadores arbitrários e naturais, de curto e de longo prazo:
uma análise conceitual sobre procedimentos de transferência de
controle**

BAURU

2013

Vivian Bonani de Souza

REFORÇADORES ARBITRÁRIOS E NATURAIS, DE CURTO E DE LONGO

PRAZO: uma análise conceitual sobre procedimentos de transferência de controle

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, sob a orientação do Prof. Dr. Kester Carrara

Bauru
2013

Souza, Vivian Bonani de Souza.

Reforçadores arbitrários e naturais, de curto e de longo prazo: uma análise conceitual sobre procedimentos de transferência de controle /Vivian Bonani de Souza, 2013, 106 f.

Orientador: Kester Carrara

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2013

1. Análise Comportamental da Cultura.
2.Reforçadores.3. Transferência de controle. I.
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências.
II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VIVIAN BONANI DE SOUZA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DO(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU.

Aos 04 dias do mês de fevereiro do ano de 2013, às 09:00 horas, no(a) Anfiteatro da Pós-Graduação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. KESTER CARRARA do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, Profa. Dra. CAMILA MUCHON DE MELO do(a) Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento / Universidade Estadual de Londrina, Profa. Dra. ANA CLAUDIA M ALMEIDA VERDU do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VIVIAN BONANI DE SOUZA, intitulada "Reforçadores arbitrários e naturais, de curto e de longo prazo: uma análise conceitual sobre procedimentos de transferência de controle". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. KESTER CARRARA


Profa. Dra. CAMILA MUCHON DE MELO


Profa. Dra. ANA CLAUDIA M ALMEIDA VERDU

Dedicatória

Aos meus pais que me deram todo o apoio possível e necessário.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, a quem dedico esse trabalho. O apoio contínuo durante todo esse tempo foi fundamental para chegar até aqui. Agradeço também aos meus irmãos e familiares, ao carinho e compreensão diante de minhas constantes ausências devido à construção deste trabalho.

Ao meu orientador Kester Carrara, que desde o primeiro contato, em 2006, logo no primeiro ano de faculdade, me orientou sobre como desenvolver um trabalho acadêmico, me proporcionando uma fundamentação básica, sem a qual este trabalho não teria sido escrito. Agradeço principalmente a sua paciência diante de minhas infinitas dúvidas e confusões.

Agradeço as minhas professoras Ana Cláudia Bortolozzi Maia, Alessandra Turini Bolsoni-Silva e Lúcia Pereira Leite. Todas fizeram parte da minha história acadêmica de forma especial, e aprendi, com cada uma, aspectos fundamentais para construir um bom trabalho. Foi uma experiência incrível.

Agradeço também aos membros do Programa de Mestrado de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, incluindo todos os docentes, funcionários e colegas de curso. Faço também um agradecimento especial a Gethiely, que me auxiliou sempre diante de meus inúmeros e-mails com dúvidas sobre estrutura, normas, documentações e prazos.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), a bolsa concedida durante os anos do curso que favoreceu a conclusão deste trabalho.

Agradeço as minha amigas, Dafne Oliveira e Natália Orti. Amigas com quem compartilhei e compartilho afinidades, dúvidas, planos e conquistas. Divido com elas o mérito dos resultados deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos de minha cidade natal, meus amigos de infância, que me acompanham nessa caminhada, segurando minhas mãos e me apoiando a cada obstáculo que encontrei.

Agradeço ao meu noivo Marcio Tadeu Girotti, que em sua maneira prática e crítica me ajudou a realizar este trabalho com segurança e determinação. Agradeço principalmente ao carinho e amor que foi dedicado a mim, mesmo quando eu estava cansada ou mal humorada com tantas dúvidas conceituais. E, agradeço o exemplo que me foi dado e a dedicação de parte do seu tempo para ler e reler todo esse material.

Agradeço a Deus.

SOUZA, Vivian Bonani de. **Reforçadores arbitrários e naturais, de curto e de longo prazo: uma análise conceitual sobre procedimentos de transferência de controle.** p. 106. Dissertação. UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru, 2013.

Resumo

Diante da possibilidade de pesquisar empiricamente as práticas culturais, considerando a cultura como 3º nível de variação e seleção comportamental, pode-se afirmar que existem muitos questionamentos quanto a questões teóricas e procedimentos aplicados nesse campo de estudo, principalmente no que se refere à alteração de práticas culturais mediante a intervenção no arranjo de consequências para os comportamentos das pessoas em grupo, através dos instrumentos conceituais de contingências, macro e metacontingências. Nesse sentido, entendendo que os elementos presentes nas práticas culturais devem ser descritos e compreendidos claramente para a implementação de procedimentos de intervenção que visem o planejamento de práticas culturais saudáveis (ou menos danosas) para os indivíduos, o presente trabalho teve como objetivo proceder a uma investigação na literatura e desenvolver uma análise conceitual do planejamento e implicações de procedimentos de transferência de controle comportamental de reforçadores arbitrários para reforçadores naturais e de reforçadores de curto prazo para reforçadores de longo prazo. O propósito aplicado geral que contextualizou a pesquisa foi uma tentativa de elucidar aspectos e conceitos já conhecidos, porém não desenvolvidos exaustivamente e especificamente para as finalidades requeridas no campo de atuação na Análise Comportamental da Cultura.

Palavras-chave: Análise Comportamental da Cultura. Reforçadores. Transferência de controle.

Abstract

Facing the possibility to empirically research cultural practices and considering culture as the third level of behavior variation and selection, it can be stated that there are many questions about the theoretical issues and applied procedures in this field of study, especially with regard to changing cultural practices by intervening in the array of consequences to the behavior of people in groups, through the conceptual tools of contingencies, macro and metacontingencies. In this sense, understanding that the elements which are present in cultural practices should be clearly described and understood to the implementation of intervention procedures which aim a healthy (or less harmful) design of cultural practices for individuals, the present study aimed to implement a literature research and to develop a conceptual analysis of designing and the procedure implications of transferring behavioral control from arbitrary to natural reinforcers and from short-term to long-term reinforcers. The general guideline which contextualized the present research was an attempt to elucidate aspects and concepts already known but not extensively and specifically developed to the purposes required in the applied field of Behavioral Analysis of Culture.

Keywords: Behavioral Analysis of Culture. Reinforcers. Transfer of control.

Tabela 1: Principais periódicos consultados.....	18
Tabela 2: Definições categorias resumidas dos operantes verbais.....	37
Tabela 3: Definições resumidas dos termos	39
Tabela 4: Resumo das variáveis que afetam o seguimento de regras.....	778

SUMÁRIO

Capítulo 1: Introdução	9
Capítulo 2: Objetivos e Método	15
2.1 Objetivos.....	15
2.2 Método.....	16
2.2.2 Procedimento	16
2.2.2.1 Primeira etapa: seleção dos textos fundamentais	16
2.2.2.2 Segunda etapa: busca dos textos e seleção dos textos auxiliares	16
2.2.2.3 Terceira etapa: análise dos textos	20
Capítulo 3: Conceitos fundamentais para a Análise Comportamental da Cultura.....	22
3.1 Níveis filogenético e ontogenético de variação de seleção por consequências e seleção ..	22
3.2 Dimensão Comportamental da Cultura	23
3.3 Unidades conceituais de análise	28
3.3.1 Contingências de reforço	28
3.3.2 Metacontingências e Macrocontingências.....	30
3.4 Comportamento verbal	35
3.5 Conceito de Reforço	38
3.5.1 Reforçadores de longo prazo e reforçadores de curto prazo.	40
3.5.2 Reforçadores naturais e reforçadores arbitrários	41
Capítulo 4: Transferência de controle entre reforçadores	43
4.1 Comportamento governado por regras e comportamento verbal	62
4.2 Prescrição de reforçadores em procedimentos de transferência de controle: implicações éticas	84
Capítulo 5: Considerações finais.....	91
Referências	96

Capítulo 1: Introdução

Embora, simbolicamente, o elemento fundante da Análise Comportamental da Cultura possa ser atribuído à obra *Walden Two* (1978), o estudo da cultura foi enfatizado por B. F. Skinner, conceitualmente, na década de 1950, quando o autor estende sua atenção à análise das práticas culturais dedicando três seções de *Ciência e Comportamento Humano* (1953/1989) ao tema. Nessa obra, uma visão comportamental da cultura passa a ser destacada, juntamente com os níveis de seleção por consequências filogenético (contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies) e ontogenético (contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos pelos indivíduos).

A partir de então, com o aperfeiçoamento e evolução dos conceitos de contingências de reforço e de seleção por consequências, nas publicações “*Contingências de Reforçamento*” (1969/1975) e principalmente “*Seleção por Consequências*” (1981/2007), o estudo da cultura foi ganhando mais espaço entre os analistas do comportamento, ampliando e permitindo o desenvolvimento de diferentes aspectos que envolvem esse nível de análise (ANDERY, 1993; GLENN, 2005; 2004; SKINNER, 1975; 2007; TODOROV, 1987). Apesar do interesse e preocupação histórica dos analistas do comportamento com as relações comportamentais envolvidas em uma cultura, pode-se afirmar que ainda existem muitos questionamentos quanto a procedimentos teórico-práticos nesse campo. Diversos autores apontam a necessidade de estudos que envolvam e desenvolvam procedimentos que possam favorecer a compreensão dos elementos implicados diretamente nas relações contidas nas práticas culturais (ANDERY et al., 2005; CARRARA, 2008; GLENN, 2005; GUSSO; KUBO, 2007).

Para Andery et al. (2005), existem dificuldades de medida e de delineamento envolvidos no estudo de fenômenos sociais (em especial aqui consideradas as práticas culturais que precisam ser superadas), uma vez que ainda não se desenvolveram procedimentos suficientes para realizar análises e intervenções que envolvam o

comportamento de muitas pessoas. Ou seja, considera-se real a existência de uma possível lacuna conceitual e prática importante quanto à questão dos pressupostos teórico-aplicados para que o estudo da cultura seja possível.

Entre algumas demandas destaca-se aqui, por exemplo, a dos analistas do comportamento se voltarem para estudos experimentais (ANDERY et al., 2005; GUSSO; KUBO, 2007; VICHI, 2005) para compreender as práticas culturais pela unidade de análise de metacontingências, e também seus elementos básicos, como os reforçadores, pois ao seu planejamento vincula-se o estabelecimento de objetivos e procedimentos adequados para produção de novos repertórios, já que o reforçamento é entendido como um procedimento (FERSTER et al., 1977; CATANIA, 1999) e como tal pode ser programado.

Além dos indicativos para o desenvolvimento no campo experimental, outras demandas também são apontadas, como o estudo dos aspectos ético-morais relacionados à questão da cultura e seu planejamento (ABIB, 2001; CARRARA, 2008; DITTRICH, 2008; MELO; DE ROSE, 2006; SKINNER, 1989; TODOROV, 2004) e estudos direcionados para o campo conceitual, necessários para elucidar aspectos e conceitos envolvidos nas aplicações no contexto cultural.

Segundo Tourinho (1999, p. 213), os estudos conceituais podem ser entendidos em uma definição preliminar, como aqueles “[...] que se ocupam da constituição do sistema explicativo com o qual uma ciência busca dar conta do conjunto de fenômenos que dizem respeito a seu objeto de estudo”. Com o objetivo de questionar as proposições que fundamentam (ou devem fundamentar) as investigações (básicas e/ou aplicadas) definidoras do campo da ciência, a pesquisa conceitual pode enfatizar tanto o caráter histórico quanto os supostos epistemológicos. Sua realização frequentemente traz benefícios à compreensão dos conceitos envolvidos em discussões com questões ainda pouco esclarecidas para os analistas do comportamento.

A relevância dos estudos conceituais ou históricos, embora ainda seja pequena a proporção de pesquisadores dedicados a esse tipo de pesquisa em relação à pesquisa empírica, parece ser justificada, principalmente, por definir possibilidades de interlocução com outras abordagens e aproximação com áreas de aplicação e de estudos empíricos, propiciando melhor conhecimento e divulgação da Análise do Comportamento (TOURINHO, 1999). Além disso, as contribuições de Skinner mediante trabalhos teóricos/interpretativos e a repercussão dos mesmos em trabalhos de outros analistas do comportamento podem ser consideradas indicadores da importância desse tipo de estudo (TOURINHO, 1999).

No entanto, os estudos conceituais não se fazem sem referência às outras áreas de produção da Análise do Comportamento, como os trabalhos empíricos, que envolvem tanto a investigação experimental quanto a pesquisa empírica aplicada (TOURINHO, 1999). Mais especificamente, três subáreas são caracterizadas pelos seus domínios interligados de investigação: a análise conceitual/filosófica, a análise experimental do comportamento (voltada para a pesquisa empírica) e a análise aplicada do comportamento (voltada para o desenvolvimento de recursos para a intervenção social) (CARVALHO NETO, 2002; DITTRICH, 2011; TOURINHO, 1999, 2003, 2006).

[...] Ou seja, não há trabalho conceitual que não se articule com programas de investigação empírica e com demandas relativas à solução de problemas humanos. Similarmente, não há trabalho empírico que não se articule com elaborações conceituais, ou que não guarde relações com possibilidade de intervenção do psicólogo. Por último, não há modelo de intervenção de caráter analítico-comportamental que não esteja fundamentado em conceitos/interpretações behavioristas radicais e em princípios derivados da investigação empírica do comportamento. (TOURINHO, 1999, p. 216).

Portanto, a integração entre trabalhos conceituais, empíricos e de aplicação pode contribuir para a sobrevivência da Análise do Comportamento como um sistema cultural (TOURINHO, 1999). Entretanto, essa divisão terminológica indica possíveis subáreas de

atuação dos analistas do comportamento, orientando mais especificamente as demandas a serem atendidas em cada subárea, considerando também o interesse de cada pesquisador.

De acordo com Dittrich (2011, p. 30), “as análises conceituais podem ser feitas sem objetivos prioritariamente filosóficos, mas visando ampliar o poder de compreensão e intervenção da Análise do Comportamento sobre certos fenômenos comportamentais”. Assim, não deixando de considerar a interligação das três subáreas, este trabalho pretende realizar investigações conceituais na Análise Comportamental, considerando questões conceituais para o estudo das práticas culturais, em particular, no campo de atuação em delineamentos culturais.

Nesse sentido, compreendendo a relevância dos estudos conceituais, entende-se que muitos dos elementos presentes na cultura ainda necessitam ser descritos e compreendidos claramente para a implementação de procedimentos para intervenções no contexto cultural. Entre esses elementos encontram-se: as consequências comportamentais produzidas pelas práticas culturais. A natureza e a maneira pela qual estão arrançadas tais consequências podem constituir parcela crucial para uma descrição acurada de tais práticas, e com isso, podem-se desenvolver procedimentos que prevejam e estabeleçam as consequências que mantêm (ou manterão) os comportamentos que constituem a prática.

Pode-se afirmar que as consequências apresentam-se como relevantes para a compreensão das práticas culturais; são as consequências que constituem tais práticas, que articulam as ações das diferentes pessoas num contexto social. Através da compreensão dos reforçadores, pode-se buscar entender como ocorreram ou como devem ocorrer possíveis relações de transição entre tipos de eventos controladores do comportamento individual e das práticas culturais, restando uma lacuna importante a ser preenchida por dados de pesquisa sobre procedimentos e maneiras práticas a serem utilizadas nos projetos que visem intervenção nesse contexto.

As possíveis relações de transição entre tipos de eventos controladores do comportamento individual e das práticas culturais podem se tornar, assim, foco de interesse de pesquisa para o analista do comportamento. A transição ou transferência de controle é aqui compreendida como um procedimento em que se torne possível alterar/ou manipular o que controla o comportamento do indivíduo nas práticas culturais, por meio do desenvolvimento de estratégias de transição de controle entre reforçadores arbitrários e de curto prazo e, naturais e de longo prazo, para a consolidação de repertórios que constituem as práticas culturais.

Por exemplo, podem ser destacadas algumas indagações sobre o conceito de reforçadores: uma vez que seríamos filogeneticamente selecionados para maior suscetibilidade aos reforçadores de curto prazo e, considerando a efetividade do reforço natural na manutenção dos comportamentos desejados, há ou não necessidade e possibilidade prática do planejamento de procedimentos de transferência de controle do comportamento por reforçadores de curto prazo para reforçadores longo prazo? E do controle do comportamento por reforçadores arbitrários para reforçadores naturais, em práticas culturais? Está consolidada, no contexto da Análise Comportamental da Cultura, uma tecnologia para atender a tal demanda?

E ainda: se reforçadores arbitrários forem estabelecidos para manutenção de práticas planejadas, como tais reforçadores poderão ser retirados, considerando a efetividade dos reforçadores naturais? Pode ou não um reforçador de longo prazo se manter sem o correspondente reforço de curto prazo, uma vez que este já se fez efetivo nas relações de contingência? Em que sentido as regras, viabilizadas através do comportamento verbal, realmente são eficientes no delineamento?

A descrição e análise criteriosas de elementos que podem estar envolvidos na prática cultural, como os reforçadores arbitrários e de curto prazo, e como naturais e de longo prazo,

sugerem o favorecimento na compreensão da necessidade de alteração das contingências que mantêm determinados comportamentos individuais. Ou seja, torna-se imprescindível compreender as consequências individuais, mas essa ação deve implicar, igualmente, a atenção em relação àquelas consequências nas quais estão envolvidos muitos indivíduos participantes de uma mesma prática cultural.

Portanto, por considerar ainda necessárias investigações a respeito das consequências reforçadoras e suas relações no contexto cultural, principalmente no que se refere à alteração de práticas comportamentais envolvidas nesse contexto mediante a intervenção no arranjo de consequências para os comportamentos das pessoas em grupo, a presente dissertação se desenvolve como uma tentativa de elucidar aspectos e conceitos já conhecidos. Porém não desenvolvidos exaustivamente e especificamente para as finalidades requeridas no campo de atuação em delineamento de práticas culturais.

Dessa forma, para melhor apresentação deste texto, optou-se por estruturá-lo em capítulos: O primeiro capítulo, composto por esta introdução, foi reservado para contextualizar historicamente e conceitualmente as finalidades da pesquisa. O segundo apresenta os objetivos e justificativas da dissertação e as estratégias gerais empregadas para a realização do trabalho. O terceiro capítulo expõe parâmetros e definições de conceitos considerados importantes para o desenvolvimento da pesquisa e trata de uma breve apresentação do desenvolvimento conceitual/prático no contexto cultural. O quarto capítulo trata mais diretamente da transferência de controle e os elementos conceituais que podem estar envolvidos nos aspectos procedimentais. Por fim, o quinto capítulo expõe algumas considerações finais sobre o tema pesquisado.

Capítulo 2: Objetivos e Método

2.1 Objetivos

Considerando os estudos de Skinner sobre cultura, este trabalho propôs, como objetivo geral: proceder a uma análise dos procedimentos referentes à implementação ou utilização dos reforçadores, sejam arbitrários, naturais, de curto e longo prazo, nos procedimentos que envolvam planejamento cultural.

Em decorrência, analisou-se como vêm sendo desenvolvidos, na literatura revisada, os procedimentos que consideram a transferência de controle de reforçadores arbitrários para reforçadores naturais e de reforçadores de curto prazo para reforçadores de longo prazo. Ou seja, buscou-se investigar como vêm sendo elaborados os procedimentos para garantir ou possibilitar a articulação (aqui compreendida no sentido da transferência de controle) entre os reforçadores, e discutir em que medida a análise aqui desenvolvida poderá subsidiar procedimentos de análise e planejamento culturais mais precisos, teoricamente mais consistentes e, conseqüentemente, com maior probabilidade de gerarem os resultados pretendidos.

Tiveram-se, assim, como objetivos específicos:

- 1.) Identificar, na literatura revisada, procedimentos referentes à implementação ou utilização dos reforçadores, sejam arbitrários, naturais, de curto e longo prazo, nos procedimentos que envolvam planejamento cultural.
- 2.) Descrever os conceitos considerados importantes na Análise Comportamental da Cultura.
- 3.) Desenvolver análise e discussão da literatura levantada sobre os procedimentos de transferência de controle e reforçadores (sejam de longo prazo, naturais, de curto prazo e reforçadores arbitrários) presentes nas práticas culturais.

2.2 Método

Com base, portanto, nos princípios da Análise do Comportamento sob a perspectiva filosófica do Behaviorismo Radical, para atingir seu objetivo central o presente estudo realizou-se em três etapas: 1) Seleção dos textos fundamentais, 2) Busca e seleção dos textos auxiliares e 3) Leitura e avaliação dos textos, que inclui análise conceitual. O procedimento escolhido para: 1) seleção dos textos fundamentais e 3) leitura e análise conceitual, se assemelharam ao utilizado por Melo (2008). Os procedimentos escolhidos para: 2) busca e seleção dos textos auxiliares, se assemelharam ao utilizado por Strapasson (2008).

2.2.2 Procedimento

2.2.2.1 Primeira etapa: seleção dos textos fundamentais

Os textos fundamentais compreenderam, em sua maioria, as publicações de Skinner, que foram selecionadas a partir de um levantamento bibliográfico, partindo principalmente pelo indicativo da publicação de “Acesso a Skinner pela sua própria obra: publicações de 1930 a 1990”, de Carrara (1992). O levantamento inicial foi importante para a delimitação de temáticas envolvidas nos objetivos do trabalho e permitiu a seleção dos textos diretamente voltados para demanda do tema estudado.

Os principais temas encontrados e diretamente vinculados ao objetivo central foram:

- 1) Modelo de seleção pelas consequências; 2) Cultura; 3) Ética; 4) Planejamento da cultura;
- 5) Comportamento verbal; e 6) Comportamento governado por regras.

2.2.2.2 Segunda etapa: busca dos textos e seleção dos textos auxiliares

A busca dos textos pretendeu possibilitar a posterior discussão sobre procedimentos teóricos ou práticos que estabeleceram as relações entre reforço natural e reforço de longo prazo, e entre reforço arbitrário e reforço de curto prazo, de maneira a caracterizar a

transferência de controle dos reforçadores. Conforme já mencionado na seção introdutória do trabalho, entende-se a transferência de controle como um procedimento em que se torne possível alterar/ou manipular o que controla o comportamento do indivíduo nas práticas culturais, uma vez que para análise do comportamento o que controla o comportamento são as consequências.

Assim, buscou-se levantar parte significativa da produção bibliográfica sobre reforçadores (naturais, arbitrários, de longo prazo e de curto prazo) e elementos que possivelmente fornecessem indicativos para discussões procedimentais ou conceituais para a transferência de controle, tais como, comportamento verbal e regras, uma vez que a busca por toda a produção referente ao tema seria tarefa imprópria para uma dissertação de mestrado.

Para a seleção das fontes de textos adotou-se, da mesma maneira que Strapasson (2008), critérios arbitrários para a seleção das fontes de textos, como: (a) a indicação de periódicos por profissionais com mais experiência na área (professores doutores que se consideravam analistas do comportamento) e (b) a presença de editoriais que considerassem o periódico um veículo de divulgação de trabalhos em *Análise do Comportamento*.

O principal meio de busca dos periódicos e, conseqüentemente, dos textos que foram selecionados foi a internet, por intermédio dos seus endereços eletrônicos e pelos portais: *Pepsic, Scielo e PubMed*. A delimitação do período buscou respeitar os anos das publicações on-line dos periódicos selecionados.

Os principais periódicos selecionados, o período pesquisado e o endereço eletrônico encontrados estão apresentados na tabela (Tabela 1):

Tabela 1: Principais periódicos consultados

Periódico	Período pesquisado	Endereço eletrônico
<i>Interação em Psicologia</i>	1997-2011	http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia
<i>Perspectivas em Análise do Comportamento</i>	2010-2011	http://www.revistaperspectivas.com.br/
<i>Psicologia IESB</i>	2009-2011	http://php.iesb.br/ojs/index.php/psicologiaiesb/index
<i>Psicologia USP</i>	1997-2011	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=01036564&script=sci_serial
<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>	1997- 2011	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7972&lng=pt&nrm=iso
<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	2000-2011	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-3772&lng=en&nrm=iso
<i>Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC)</i>	2006-2008	http://www.rebac.unb.br/
<i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTC)</i>	1999-2011	http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTC/search
<i>Acta Comportamental: Revista Latina de Análise do Comportamento</i>	1993-2011	http://www.journals.unam.mx/index.php/acom/issue/archive
<i>Journal of Applied Behavior Analysis (JABA)</i>	1968 -2012	http://seab.envmed.rochester.edu/jaba/index.html
<i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB)</i>	1958 -2012	http://seab.envmed.rochester.edu/jeab/index.html
<i>The Behavior Analyst</i>	1978-2010	http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/journals/557/
<i>Behavior and Social Issues</i>	1991-2012	http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php

Realizada a seleção inicial dos periódicos, foram buscados, a partir dos títulos, resumos e palavras-chave, textos que incluíssem um ou mais termos e expressões em

português ou em inglês listados aqui: metacontingência, macrocontingência, cultura, reforço, reforçadores (e suas qualificações, tais como: atrasado, imediato, de longo ou de curto prazo, arbitrários e naturais), transferência e controle. O uso de tais termos também foi feito de forma combinada (transferência de controle) e também foram escritas variações de terminações dos termos quando necessário (ex. reforçamento). Nos periódicos internacionais os termos utilizados foram: *metacontingencies*, *macrocontingencies*, *culture*, *delayed reinforcement*, *immediate or short-term*, *arbitrary reinforcement and natural reinforcement*.

Nos periódicos internacionais *JABA* e *JEAB*, para o termo *reinforcement*, optou-se pela busca com a combinação das qualificações selecionadas para facilitar e refinar o levantamento. A busca foi feita de forma concomitante e permitiu o acesso aos respectivos arquivos das revistas, através do endereço eletrônico (http://seab.envmed.rochester.edu/abstractSearch/search.asp?zoom_query=delayed+reinforcement&zoom_page=5&zoom_per_page=100&zoom_cat=1&zoom_and=1&zoom_sort=0)

Os periódicos nacionais *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* e *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento* e o periódico internacional *The Behavior Analyst* não permitiram busca por meio de palavras-chave. Assim, os títulos e resumos dessas publicações foram lidos e selecionados de acordo com a temática do trabalho.

Os textos selecionados obedeceram ao critério de pertinência à área (publicações exclusivas ou prioritárias em Análise do Comportamento), ou seja, foram selecionados apenas aqueles que faziam referência ao tema do trabalho, a partir da leitura de seus títulos, resumos e/ou leitura completa do texto. Entretanto, é importante ressaltar que as definições dos critérios para esclarecer quais características de um texto o classificariam como típico de Análise do Comportamento pode constituir uma tarefa difícil para aquele que se arrisca a tal cometimento (STRAPASSON, 2008).

Os artigos que não corresponderam à temática do trabalho mesmo que pertencentes à Análise do Comportamento foram excluídos. É importante considerar que mesmo com a adoção de critérios de busca dos textos, estes não são imparciais ou estritamente objetivos.

Conforme Strapasson (2008), da seleção dos critérios até a inclusão de outras obras de interesse ocorrem decisões de acordo com o repertório pessoal do autor do trabalho, incluindo as limitações que o repertório pessoal possa ter, do ponto de vista dos critérios fundamentais de cientificidade. Porém, acredita-se que, ainda assim, a escolha dos textos se mostrou suficiente para os objetivos desta dissertação e tem um potencial heurístico valioso para a Análise do Comportamento.

Além dos textos selecionados através do acesso pela Internet, outro conjunto de textos auxiliares foi selecionado, compreendendo as publicações diretamente relacionadas ao estudo dos reforçadores, cultura e temas que foram tratados como objeto de análise para a pesquisa.

2.2.2.3 Terceira etapa: análise dos textos

Essa seção ocupa-se em descrever o procedimento que foi utilizado para a análise dos textos.

Análise dos conceitos presentes nos textos

De maneira semelhante a Melo (2008) o procedimento destinado à análise dos conceitos sobre transferência de controle tomou como referência dois métodos: o método epistemológico hermenêutico e o método de análise de textos. A utilização desses métodos para análise conceitual do tema aqui pesquisado, a transferência de controle entre reforçadores, implicou em uma interpretação, no sentido de construção de novos significados, para que fosse possível trazer alguma contribuição à área do tema pesquisado.

Método epistemológico hermenêutico

De acordo com Abib (1996), os textos produzidos pelos conhecimentos da Psicologia, da Sociologia, da História, formando uma tradição de pensamento, são discursos de primeira ordem e podem ser objetos de reflexão epistemológica. A epistemologia, como um discurso de segunda ordem, busca esclarecer a pluralidade do texto em seus fundamentos. Ao interrogar o texto, o método epistemológico busca as categorias clássicas da epistemologia que tratam a possibilidade (dogmatismo, ceticismo), os fundamentos (empirismo, racionalismo e idealismo) e a verdade do conhecimento (coerência interna das ideias e da linguagem, o consenso e a utilidade prática). Realizada a interrogação, extrai-se o pré-texto que contribui para esclarecer o sentido do texto, e elucida-se o contexto, o que vem com o texto (ABIB, 1996). Com isso, tem-se um texto final que revela, além do pré-texto do texto e seu contexto (os quais esclareceram o sentido do texto), um significado que é atribuído pelo intérprete, constituindo dessa forma a vertente hermenêutica do método (ABIB, 1996; MELO, 2008).

Método de Análise de Textos

Conforme anteriormente mencionado, o procedimento de análise dos textos teve como referência o método utilizado por Melo (2008). Assim, buscou-se analisar o tema pesquisado por meio da identificação das categorias conceituais que se relacionaram com o tema central da dissertação; e elaborar um resumo que salientasse os aspectos mais importantes encontrados nas teses dos autores que puderam ser relacionados com o tema. Após tais passos, tornou-se possível o desenvolvimento do texto final.

Capítulo 3: Conceitos fundamentais para a Análise Comportamental da Cultura

Este capítulo apresenta alguns conceitos fundamentais para o estudo da Análise Comportamental da Cultura, principalmente no que se refere às unidades de análise utilizadas pelos analistas do comportamento. Os conceitos aqui apresentados e discutidos são considerados fundamentais para a reflexão sobre a transferência de controle entre reforçadores, uma vez que os conceitos das unidades de análise referidas para o estudo do comportamento (de contingência, macrocontingência e metacontingência) incluem em suas definições e descrições os elementos reforçadores, diretamente relacionados com a questão levantada por esse estudo.

3.1 Níveis filogenético e ontogenético de variação de seleção por consequências e seleção

Anterior à apresentação de alguns conceitos para o estudo da Análise Comportamental da Cultura, considerou-se importante apresentar brevemente os níveis filogenético e ontogenético de seleção por consequências, pois o comportamento humano é produto conjunto das contingências que definem os três níveis de variação e seleção.

O nível filogenético é o primeiro nível de variação e seleção, corresponde à seleção natural das espécies e compreende a história de evolução da espécie e o seu estado atual (SKINNER, 1981). Portanto, o nível filogenético é aquele em que as contingências de sobrevivência atuam, nos quais os comportamentos de um organismo, que foi bem sucedido em sua interação com o ambiente, são selecionados por conta de suas consequências naturais como, por exemplo, sexo e comida. A seleção das características genéticas desse organismo decorrente desse sucesso não é buscada pelo organismo, ou seja, não constitui um “sucesso intencional”, não tendo como fim último a sobrevivência, esta por sua vez é uma consequência possível do processo de seleção natural (ZILIO; CARRARA, 2009).

O nível ontogenético é um segundo tipo de seleção por consequência, correspondendo à história de aprendizagem de um indivíduo da espécie (SKINNER, 1981). Através do condicionamento operante, o ambiente modela o repertório comportamental do indivíduo e as mudanças ambientais podem levar a ajustes comportamentais, como a aquisição ou extinção de novas respostas ou ainda ao aumento da eficácia de alguns comportamentos (MELO, 2008).

3.2 Dimensão Comportamental da Cultura

O interesse pelo estudo da cultura não ocorreu apenas aos analistas do comportamento; outras disciplinas e áreas, como a Antropologia, a Sociologia, as Ciências Políticas, a Psicologia Cognitiva, entre outras, se envolveram nesse campo de pesquisa e muitos pesquisadores, inclusive, veem as perguntas que a análise cultural aborda como próprias de suas disciplinas (MATTAINI, 2004). Entretanto, o estudo aqui realizado voltará sua atenção para as considerações do estudo da cultura e de elementos que a constituem mediante o referencial da Análise do Comportamento.

Retomando Skinner (2006), a cultura pode ser entendida como um conjunto de costumes ou maneiras, um sistema de ideias e valores, uma rede de comunicação, como um conjunto de contingências de reforço mantidas por um grupo, tendo a sua existência para além do período de vida dos membros do grupo.

A cultura caracteriza-se por suas práticas, sendo tais práticas entendidas como conjuntos complexos de comportamentos de indivíduos que interagem entre si, transformando seu ambiente, tanto físico quanto social, sendo não apenas modeladas e mantidas pelos membros de um grupo social, mas também por eles transmitidas para as gerações seguintes (DITTRICH, 2008). Essa transmissão, portanto, ocorre quando o comportamento é passado

de um indivíduo para outro, e com isso o comportamento pode sobreviver à morte do indivíduo que o adquiriu, sendo determinante para a seleção cultural (CATANIA, 2001).

De acordo com Glenn (1988), o conjunto complexo de comportamentos de indivíduos que interagem entre si, caracteriza uma prática cultural e é mantido por contingências entrelaçadas de reforçamento no qual o conjunto de comportamentos e os produtos comportamentais de cada participante funcionam tanto como eventos ambientais, antecedentes e consequentes, com os quais o comportamento de outros indivíduos interage. Assim, as práticas culturais são aqui compreendidas como fenômenos comportamentais, composto por comportamentos individuais, que são unidades a partir das quais se constituem tais práticas.

Para Skinner (2006) a característica mais importante de uma cultura é que ela evolui por meio das consequências dos comportamentos envolvidos na prática cultural. Essas consequências afetam a probabilidade do grupo vir a solucionar seus problemas e, se o grupo sobreviver, a prática sobreviverá também. Sendo assim, o efeito sobre o grupo é responsável pela evolução da cultura, e não somente as consequências reforçadoras individuais (SKINNER, 2007).

Entretanto, isso pode não significar necessariamente que a sobrevivência de uma prática implica a sobrevivência de uma cultura, pois existem culturas em que as práticas culturais prejudicam a existência dos próprios indivíduos e da própria cultura; por exemplo, considere-se o surgimento de variáveis imprevistas, típico no caso de desastres ambientais, ocasionados por poluição e desmatamento, guerras e períodos epidêmicos, entre outros.

Isso pode ser devido ao fato de o valor de sobrevivência das culturas estar mais relacionado a um tempo que está além do tempo de vida do indivíduo, ou seja, o indivíduo se comporta em função de uma consequência da qual provavelmente não irá usufruir, quem usufruirá serão as próximas gerações. Assim, os comportamentos dos indivíduos que

constituem as práticas ficam mais sensíveis às consequências imediatas, podendo constituir graves problemas no longo prazo (ABIB, 2001; DITTRICH, 2008; SKINNER, 1989).

As consequências comportamentais incidem diretamente nos valores de sobrevivência do grupo e a preocupação com as práticas que envolvem valores estáveis neles presentes contribuem para que se garanta a sobrevivência dos indivíduos e, ao mesmo tempo, da cultura. No entanto, a sobrevivência da cultura como uma consequência de certas práticas culturais não é uma consequência que possa necessariamente exercer papel reforçador nas contingências de reforçamento, pois esta pode estar bastante distante do indivíduo, por ocorrer somente em gerações seguintes àquela de que o indivíduo participa. Trabalhamos em prol da cultura não porque sua sobrevivência nos é reforçadora, mas porque outras consequências mais imediatas nos levam a fazer isso (MELO; DE ROSE, 2012).

Conforme Melo e De Rose (2012), o valor de sobrevivência não é um conceito completamente definido e ainda gera dúvidas aos analistas do comportamento. O valor de sobrevivência de uma cultura dependerá do valor de sobrevivência do conjunto de suas práticas e das relações entre elas, mas o que determina se uma prática tem valor de sobrevivência positivo são as contingências vigentes, ou seja, o valor de sobrevivência de uma prática cultural é variável (DITTRICH, 2004; MELO; DE ROSE, 2012).

Além disso, algumas práticas que não apresentam valor de sobrevivência positivo (ou seja, que não possibilitam o fortalecimento da cultura) podem, mesmo assim, ser selecionadas juntamente com outras que contribuíram para a sobrevivência da cultura, e como resultado a cultura sobrevive (DITTRICH, 2004; MELO; DE ROSE, 2012).

De qualquer maneira, o valor de sobrevivência torna-se, assim, o critério de escolha para emprego da tecnologia comportamental para as culturas (MELO; DE ROSE, 2006). De maneira que discutir o bem da cultura e sua promoção implica, conseqüentemente, refletir sobre como promover práticas culturais que possibilitem condições para que, mesmo com as

consequências imediatas, se fortaleçam aquelas que possam substituir práticas prejudiciais para os indivíduos e para a cultura (SKINNER, 1989, 2006). Propor uma mudança em uma prática cultural faz parte do objeto de estudo do analista do comportamento interessado nesse nível de análise.

Ressalte-se que a ideia de evolução da cultura, principalmente em relação à progressiva sensibilidade das pessoas às consequências de suas ações, não significa evolução dirigida à perfeição (ABIB, 2001). Os indivíduos não exercem necessariamente determinadas práticas para o grupo sobreviver com mais chances, eles exercem porque grupos que induziram seus membros a exercê-las sobreviveram e as transmitiram, ou seja, da mesma maneira como ocorrem os outros níveis de seleção, não há uma direção pré-determinada e sua evolução não revela um propósito (SKINNER, 2007).

No nível filogenético, por exemplo, a evolução da espécie é a própria consequência da seleção natural; assim, quando se observa a evolução da espécie é que se pode inferir que ela passou pelo processo de seleção natural, no qual as variações que foram “favoráveis” à sobrevivência e a reprodução da espécie são mantidas e as “desfavoráveis” são extintas. No entanto, a evolução explicada pela teoria da seleção natural, não tem um sentido de “progresso”, é apenas uma consequência das interações entre organismos e ambiente, assim, as denominações “favoráveis” ou “desfavoráveis” são critérios arbitrários sem direção a um objetivo (MELO, 2008).

Observa-se que considerar tais questões constitui-se em caminho para auxiliar os analistas do comportamento no planejamento das práticas culturais, estabelecendo ou identificando as consequências reforçadoras para manutenção dos comportamentos que compõem tais práticas. Nesse cenário, reitera-se que o conceito de reforçador é relevante para o planejamento cultural, concordando com Skinner (1989) principalmente quanto à efetividade dos reforçadores imediatos e quanto à distância temporal entre consequências e

comportamento, aspectos estes que podem estar associados a uma série de práticas prejudiciais para determinada cultura.

Skinner, em 1953, já colocava em debate a importância do papel do analista do comportamento como o profissional que poderia atuar para modificação de repertórios comportamentais destrutivos ou letais para a sobrevivência de uma cultura. De acordo com Skinner (1989, p. 485):

Como uma ciência do comportamento que se preocupa com a demonstração das consequências dos procedimentos culturais, temos certa razão para acreditar que essa ciência será um marco essencial da cultura ou culturas que sobreviverem. A cultura vigente que tem mais probabilidade de sobreviver, apenas por essa razão, é aquela, portanto, em que os métodos da ciência são mais eficientemente aplicados aos problemas do comportamento humano.

Estabelecer como e em quais condições as relações presentes nas práticas culturais ocorrem torna-se fundamental, pois tal procedimento pode ser o ponto de partida para a compreensão de propostas que visem planejamentos culturais eficazes, as quais estabeleçam relações comportamentais sociais para a promoção da sobrevivência da cultura. Ou seja, que possibilitem a sobrevivência dos indivíduos e de práticas culturais não danosas para o grupo e, adicionalmente, para outros grupos culturais que com este convivam ou mantenham relações.

Segundo Andery (1993, p. 148),

Tal cultura, baseada em princípios científicos, permitiria uma nova compreensão e explicação do homem e suas relações e levaria ao desenvolvimento de poderosa tecnologia comportamental. Tais princípios, leis e técnicas tornariam os homens, pela primeira vez, capazes de planejar seu próprio futuro e de decidir e implementar um conjunto de contingências através das quais a sobrevivência do grupo e de suas práticas sociais seriam garantidas. Isso significa que, para Skinner, a seleção, pela primeira vez, tornar-se-ia planejada, tornar-se-ia um problema técnico e não um acidente.

De acordo com Skinner (1975), uma cultura bem planejada deve considerar o conjunto de contingências de reforço, sob o qual os membros se comportam de acordo com procedimentos que mantêm a cultura, capacitam-na a enfrentar emergências e modificam-na de

modo a realizar essas mesmas coisas mais eficientemente no futuro. Assim, o desenvolvimento de estudos teórico-práticos em relação às práticas culturais torna-se cada vez mais importante na medida em que tais práticas culturais podem ocorrer sem planejamento e controle, com implicações prejudiciais, no longo prazo, para pessoas e ambiente, apesar de eventuais efeitos “benéficos” imediatos.

3.3 Unidades conceituais de análise

3.3.1 Contingências de reforço

O termo *contingências de reforço* pode ser considerado a ideia central do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento (ANDERY; SÉRIO, 2007; CARRARA, 2008). Esse termo está presente nas obras de B. F. Skinner, em *The Behavior of Organisms*, em 1938, em *Science and Human Behavior*, 1953, e em *Contingencies of Reinforcement*, em 1969, esta última considerada um marco no desenvolvimento do conceito de contingências de reforço. Entretanto, seu processo de elaboração nem sempre foi percorrido de maneira sistemática o que dificulta afirmar o momento exato em que o conceito de contingência passou a orientar os analistas para o estudo do comportamento humano (ANDERY; SÉRIO, 2007).

A contingência de reforço pode ser entendida como uma unidade conceitual utilizada na análise das relações de dependência entre eventos ambientais ou entre eventos comportamentais e ambientais, especificada por três elementos: 1) a ocasião na qual uma resposta ocorre; 2) a própria resposta e 3) as consequências reforçadoras (SKINNER, 1989, 1975). Essa relação de dependência pode ser também especificada pela afirmação do tipo se..., então..., na qual a partícula ‘se’ pode referir-se a algum aspecto do comportamento

ou do ambiente e o ‘então’ pode especificar o evento ambiental consequente (SOUZA, 2001; TODOROV, 1985).

De acordo com Todorov (1985) uma contingência de reforço especifica (a) uma situação presente ou antecedente que pode ser descrita em termos de estímulos chamados discriminativos pela função controladora que exercem sobre o comportamento; (b) algum comportamento do indivíduo, que se emitido na presença de tais estímulos discriminativos tem como consequência (c) alguma alteração no ambiente, que não ocorreria se tal comportamento fosse emitido na ausência dos referidos estímulos discriminativos ou se o comportamento não ocorresse.

As contingências comportamentais descrevem que a ocorrência de uma consequência depende da ocorrência de uma resposta, e referem-se, também, às condições sob as quais uma consequência é produzida por uma resposta, isto é, o comportamento operante é descrito e definido pela observação dos elementos que compõem as contingências de reforço (CATANIA, 1973; TODOROV, 2002).

Dessa maneira, a descrição das contingências de reforço possibilita a identificação de elementos envolvidos em uma determinada situação e a verificação sobre se há ou não uma relação de dependência entre esses elementos, e com isso possibilita a análise do comportamento operante. Ou seja, o analista do comportamento, através de seu instrumento de análise de contingência de reforço, pode compreender as inter-relações entre a situação antecedente-resposta-consequência que compõem tal situação (ANDERY; SÉRIO, 2007).

Essa unidade conceitual permite identificar os componentes presentes das relações comportamentais, enquanto as relações funcionais entre esses componentes constituem a descrição dos efeitos das contingências (SOUZA, 2001). Portanto, o estudo das relações comportamentais que constituem e são constituídas nas práticas culturais pode ser realizado pelo uso da unidade conceitual contingência de reforço.

No entanto, ainda que a contingência de reforço seja o princípio básico para a Análise do Comportamento, a compreensão das práticas culturais pode ser limitada, pois pode não explicar totalmente a evolução e manutenção da prática (GLENN, 1988), ou seja, pode não explicar a complexidade desse fenômeno, o qual é aprendido, mantido e transmitido de geração para geração.

De acordo com Glenn e Malott (2004a, 2004b), a busca pela compreensão de fenômenos mais complexos como, por exemplo, as organizações, podem ocorrer de maneira diferente do que para a compreensão dos comportamentos individuais, resultando em diferentes objetos de estudo. As contingências operantes podem ser insuficientes para compreender a natureza dessa organização pela necessidade de considerar outros elementos presentes nessa interação (como os produtos agregados e do conjunto de interligações que geram esses produtos).

O estudo das práticas culturais pode implicar no reconhecimento de que estas têm propriedades especiais que devem ser investigadas pela identificação dos elementos que delimitam as contingências envolvidas. Dessa maneira, pode-se afirmar que parte dessa investigação inclui a compreensão dos reforçadores que mantêm o fenômeno social, os quais são significativamente responsáveis por fortalecer o comportamento dos indivíduos no grupo (ANDERY et al., 2005).

3.3.2 Metacontingências e Macrocontingências

Alguns autores da Análise do Comportamento têm feito uso das unidades de análise denominadas *macrocontingências* e *metacontingências* para o estudo das relações comportamentais envolvidas na constituição de práticas culturais. Tais propostas, que ainda estão em momento de reelaboração e desenvolvimento (MARTONE; TODOROV, 2007),

partem dos conceitos centrais skinnerianos sobre o terceiro nível de seleção, e têm trazido contribuições teóricas e estratégicas importantes para o estudo da cultura (GLENN, 1988, 2004, 2005; GLENN; MALOTT, 2004a; MALOTT; GLENN, 2006).

De acordo com Glenn e Malott (2004a), metacontingências são relações entre contingências comportamentais entrelaçadas e um ambiente selecionador. As metacontingências apresentam três componentes: contingências comportamentais entrelaçadas, um produto agregado e um sistema receptor. O sistema receptor é o recipiente do produto agregado e, assim, funciona como o ambiente selecionador das contingências comportamentais entrelaçadas.

O exemplo apresentado por Zortea et al. (2007) ilustra a identificação desses componentes presentes na metacontingência. No exemplo, o agroturismo é considerado como uma prática cultural, na qual o recurso financeiro pode ser selecionado como um dos produtos agregados. De acordo com Zortea et al. (2007, p.4):

Este produto é direcionado a um ambiente receptor – neste caso a cidade de Venda Nova do Imigrante – que seleciona as práticas que o produzem através dos bens e serviços prestados aos sujeitos atores dessas práticas, possibilitando a estas melhorias da qualidade de vida. As contingências comportamentais entrelaçadas envolvem os comportamentos dos membros da família que fabricam os produtos comercializados e recebem os visitantes, dos turistas que visitam as fazendas e investem no agroturismo, dos comerciantes da cidade, dos jornalistas que auxiliam na divulgação do fenômeno, dos paisagistas que trazem técnicas de jardinagem, dos arquitetos que produzem projetos e planos para reformas e novas construções, da prefeitura com a criação de leis municipais de inspeção e fomento ao agroturismo, dentre vários outros.

O que faz as contingências entrelaçadas é que os eventos ambientais para o comportamento de cada entrelaçamento incluem elementos das contingências comportamentais de outras pessoas. Qualquer componente das contingências operantes (antecedente, comportamento, consequência) ou o seu produto pode ser um componente da contingência comportamental de outro indivíduo. Essas contingências operantes são elementos básicos de contingências comportamentais entrelaçadas (GLENN, 2004).

O entrelaçamento de contingências possibilita produtos que não seriam possíveis somente mediante comportamentos emitidos individualmente, e é esse produto que pode constituir uma consequência de longo prazo, que pode afetar o comportamento de todos os indivíduos ou uma parte significativa do grupo. Isso pode não significar necessariamente que todo entrelaçamento leva a um produto, mas para o estudo das práticas culturais a identificação de um produto pode favorecer a manutenção ou alteração da prática.

Por exemplo, retomando a prática do agroturismo e o recurso financeiro como produto agregado, os bens de consumo e/ou serviços prestados aos agricultores, selecionaram as práticas culturais, entre turistas e agricultores, configurando uma relação funcional entre as práticas culturais e o produto agregado.

Nessa perspectiva, conforme Todorov e Moreira (2004), o conceito de metacontingência pode ser compreendido como a relação estabelecida entre práticas culturais e suas consequências, implicados aí os grupos culturais constituídos para além do indivíduo. O comportamento articulado e entrelaçado dos indivíduos, composto na metacontingência, fica também sob controle da consequência final para o grupo, não somente das consequências imediatas de comportamento do próprio indivíduo, assim, “[...] práticas culturais são selecionadas, via ambiente, pelo seu produto” (ANDERY; SÉRIO, 2005, p. 155).

O conceito de metacontingência estabelece que o comportamento humano seja estudado nos níveis de análise individual e social, aumentando a possibilidade de compreensão do homem e da sociedade, partindo da noção de seleção por consequências proposta por Skinner (HOLPERT, 2004).

É importante notar que Glenn e Malott (2004d) indicam o uso do termo metacontingência para a análise desses fenômenos mais complexos, mas também sugerem a importância de questionamentos para o desenvolvimento do conceito, estando aberto para investigação empírica. Além disso, o termo metacontingência não é a própria organização,

mas sim contingências comportamentais interligadas que produzem repetidamente um resultado.

Nesse sentido, a contingência e metacontingência descrevem fenômenos em diferentes níveis de análise, a primeira em nível individual e a segunda em nível cultural ou no grupo (GLENN, 1988, 2004). As distinções não são sugeridas como as únicas possíveis, mas auxiliam a discriminar entre as intervenções destinadas a mudar as condições produzidas pelo comportamento de um indivíduo (intervenções comportamentais) e intervenções concebidas para alterar as condições geradas pelos comportamentos de muitos indivíduos (intervenções culturais), ajudando também a distinguir entre algumas variações de intervenções culturais (MALOTT; GLENN, 2006). Decorre daí possíveis implicações do uso de outras unidades de análise, como macrocontingências e metacontingências.

Os aspectos relacionados tanto no que se refere à definição dessa unidade conceitual (HOUMANFAR; RODRIGUES, 2006) quanto a sua utilização como instrumento de análise (GUSSO; KUBO, 2007; MATTAINI, 2006; ULMAN, 1998, 2004) ainda levantam questionamentos por parte de alguns analistas do comportamento; isto é, ressalta-se que sua definição e uso não são consensuais entre os analistas do comportamento.

Ou seja, se a compreensão do entrelaçamento das contingências depende necessariamente do emprego da unidade de análise metacontingência, e se sua delimitação enquanto conceito pode tornar as análises de questões sociais mais eficientes, são afirmações que ainda precisam ser questionadas e investigadas.

Por exemplo, as metacontingências tornam os analistas do comportamento mais capazes de intervir em uma prática cultural, e assim planejá-la e modificá-la? As contingências de reforçamento podem identificar da mesma maneira os elementos presentes na prática e com isso possibilitar a análise e intervenção? Ou ainda: esse instrumento de

análise é suficiente para identificação de todos os elementos que constituem as práticas culturais?

Enquanto definição, o termo metacontingência parece estar se consolidando na literatura da Análise do Comportamento, entretanto, sua aplicação ou utilidade parece estar gerando dúvidas àqueles que consideram as contingências de reforçamento suficientes para a explicação e compreensão do comportamento, seja ele em qualquer nível de seleção e variação.

Alguns autores (VICHI; ANDERY; GLENN, 2009; CARRARA et al., no prelo; TODOROV et al., 2004) tem realizado estudos sobre metacontingência buscando ampliar tal conceito, mas também questionar a utilidade, sendo assim, estudos importantes para a compreensão conceitual.

Considera-se, aqui, que com o domínio dos conceitos e das possibilidades de utilização prática dessa unidade conceitual, pode-se compreender como o entrelaçamento de contingências atua na produção de uma consequência final aumentando as chances de elaboração de procedimentos para planejamentos culturais adequados e eficazes, que reduzam a probabilidade de subprodutos danosos à população (CARRARA, 2008).

Além de contingências e metacontingências, as macrocontingências também constituem conceito importante para compreensão das práticas culturais examinadas sob o ponto de vista comportamental. As macrocontingências são unidades de análise da relação entre o comportamento de muitas pessoas e o produto agregado daquele comportamento, não significando que este produto agregado funciona como uma consequência que mantém o comportamento constituinte de tal prática (MALOTT; GLENN, 2006). Ou seja, nelas diversos indivíduos se comportam em relação ao mesmo tipo de consequência, mas a obtenção dessa consequência não exige entrelaçamento de contingências comportamentais.

A relação entre as contingências comportamentais de todas as pessoas envolvidas na prática cultural e o produto agregado é uma macrocontingência, e esta pode definir muitos problemas culturais (como poluição e saúde pública) que necessitam de intervenções (MALOTT; GLENN, 2006). Por exemplo, quando vários motoristas dirigem em velocidade acima da permitida em estradas distintas, todos estão sob controle das regras do Código de Trânsito Brasileiro, mas o que continua sendo conseqüenciado é seu comportamento individual: as conseqüências punitivas do excesso de velocidade não seleciona o entrelaçamento de seus comportamentos.

As análises de contingências, macrocontingências e metacontingências se diferenciam, portanto, enquanto suas definições e aplicações (MALOTT; GLENN, 2006). Entretanto, todas exigem descrever funcionalmente os comportamentos que as compõem e podem explicitar a origem e manutenção das práticas culturais. Em decorrência disso, as intervenções podem ser estruturadas com a descrição e análise criteriosas, tanto dos comportamentos reforçados imediatamente como daqueles reforçados pelas conseqüências de longo prazo, sejam comportamentos discretos e individuais, sejam comportamentos no contexto de práticas culturais mediante contingências entrelaçadas.

3.4 Comportamento verbal

De acordo com Skinner (1981), o comportamento verbal aumentou consideravelmente a importância do terceiro nível de seleção por conseqüências: a cultura; nesse sentido, torna-se importante destacar os aspectos que o definem ou o caracterizam.

O comportamento verbal pode ser definido como comportamento estabelecido e mantido por conseqüências mediadas por outras pessoas. Da mesma maneira que qualquer outro comportamento, o comportamento verbal deve ser analisado e definido através das

contingências de reforçamento, considerando que as consequências são fornecidas pelo mediador, no caso o ouvinte, que faz parte da mesma comunidade verbal¹ na qual o falante está inserido, para que assim seja capaz de responder adequadamente aos operantes verbais emitidos pelo falante (SKINNER, 1957).

Ou seja, o ouvinte é um membro da comunidade verbal que foi especialmente treinado por essa comunidade para responder de forma específica diante das verbalizações do falante (BRINO; SOUZA, 2005; DOS SANTOS; SANTOS; MARCHEZINI-CUNHA; 2012).

Portanto, conforme Matos (1991, p.334):

Pode-se dizer que o comportamento verbal é basicamente uma relação entre o ambiente social, representado pelo outro, o ouvinte, e um organismo vivo, o emitente. O ouvinte atua como um estímulo discriminativo na presença do qual verbalizações ocorrem (assim como também, provavelmente, outras formas de comportamento, que, no entanto, ocorrem também em outros ambientes, ao contrário do verbal). Esta relação é por sua vez controlada por um contexto social mais amplo, um quadro autoclítico, no qual se insere uma parte da história passada dos dois atores, a qual é compartilhada por ambos (e onde têm papel importante os operantes discriminativos verbais). Estas verbalizações, atuando agora como discriminativos para o ouvinte, afetam o comportamento deste. Estes efeitos sobre o comportamento do ouvinte atuam seletivamente sobre aquela classe de operante verbais do emitente, modificando-a.

Skinner (1957) apresenta uma classificação² na qual descreve algumas contingências mais comumente envolvidas na emissão do comportamento verbal, são os operantes verbais: mando, tato, ecoico, textual, transcrição e intraverbal. Eles são classificados de acordo com as condições de estímulo antecedente (verbais ou não verbais) e consequentes (específicos ou generalizados) que controlam cada resposta. Além desses, há também o autoclítico, como um operante verbal secundário.

As categorias descritas por Skinner (1957) incluem tanto critérios funcionais, quanto estruturais, e em outras incluem ambos os critérios, sendo sempre multidimensionais: os

¹ De acordo com Passos (2003), a expressão “comunidade verbal” se refere ao conjunto de pessoas cujos operantes verbais foram estabelecidos por contingências de reforçamento semelhante, e por isso, partilham a mesma língua.

² Não se pretende aqui expor detalhadamente todas as definições das classificações dos operantes verbais, pretende-se apenas apresentar que tal classificação está presente na literatura.

discriminativos envolvem tanto palavras escritas ou faladas, objetos ou eventos quanto pessoas; os consequentes também sempre envolvem a ação de pessoas, bem como mudanças, próximas ou remotas, causadas no ambiente por essa ação (MATOS, 1991).

Segue o quadro resumo com as definições dos operantes verbais, elaborado com base nas tabelas apresentadas por Santos et al. (2012) e por Matos (1991):

Tabela 2: Definições categorias resumidas dos operantes verbais

Operante verbal	Tipo de Estímulo antecedente	Tipo de resposta	Consequência
Ecoico	Sonoro	Vocal	Social
Textual	Escrito	Vocal	Social
Transcrição	Sonoro ou escrito	Escrita	Social
Intraverbal	Sonoro ou escrito	Vocal ou escrita	Social
Mando	Operação motivadora (privação ou estimulação aversiva)	Verbal que especifica reforço	Social – específica (relacionada à operação motivadora em vigor)
Tato	Estímulo não verbal (objeto ou evento)	Verbal correspondente ao estímulo não verbal antecedente	Social – inespecífica – reforço generalizado
Autoclítico	Sonoro ou escrito encoberto	Vocal ou escrita	Social

As classificações apresentadas no quadro, mesmo não sendo amplamente aqui exploradas, sugerem que são importantes ao se considerar a implementação de procedimentos em planejamentos de práticas culturais, uma vez que cada operante verbal possui características que os definem, as quais podem implicar em diferentes tipos ou aspectos procedimentais.

3.5 Conceito de Reforço

Essa seção foi elaborada com maior atenção às definições dos reforçadores ou consequências reforçadoras por apenas se relacionar com a temática do trabalho; em nenhum momento tal conceito é considerado o mais importante na relação de contingência, metacontingências ou macrocontingências.

O reforço compõe parte da descrição que permite a compreensão da interação entre o organismo e esse ambiente. Com isso, pode-se afirmar que ampliar a compreensão do princípio de reforçamento quase certamente pode melhorar a aplicação de procedimentos de reforço (VOLLMER; HACKENBERG, 2001). Pode-se, por exemplo, refletir como estabelecer tais relações e qual reforço pode ser mais eficaz no planejamento de práticas culturais. Compreender o princípio de reforço pode favorecer no esclarecimento dos procedimentos para sua aplicação e, conseqüentemente, ao realizar esse esclarecimento, pode-se ampliar e tornar mais efetivo o trabalho do analista do comportamento que pretende realizar um planejamento cultural.

De acordo com Skinner (1989, 2006), reforço é um tipo de evento que aumenta a probabilidade de um determinado comportamento voltar a ocorrer, ou seja, havendo aumento na frequência do comportamento dado um reforço pode-se classificar o evento como reforçador ou como estímulo reforçador (substantivo ou adjetivo) e, pode-se dizer que o reforçamento (operação ou processo) é eficaz.

De acordo com Glenn (2004), há na literatura comportamental uma confusão recorrente no que se refere ao emprego do termo reforçamento. Encontra-se o uso do termo tanto para referir-se ao processo e quanto para a descrição de um procedimento (operação), fato que engendra uma circularidade em sua explicação e aplicação. O emprego do termo reforçamento deve limitar-se à descrição da liberação de um estímulo reforçador (operação) e

não incluir o posterior aumento na frequência do comportamento (processo) (FERSTER et al., 1977, p.63).

Apesar das várias acepções em discussão na literatura da Análise do Comportamento, convencionalmente, assim como Gongora, Mayer e Mota (2009), empregam-se neste trabalho as seguintes definições: o termo ‘reforçador’ em referência ao estímulo e/ou ao evento; e os termos ‘reforço’ ou ‘reforçamento’, tanto para a definição da operação (procedimento) quanto para definição do processo. Como operação, o termo reforço (ou reforçamento) refere-se à apresentação ou à remoção de um reforçador quando uma resposta ocorre. Como um processo, o termo reforço (ou reforçamento) implica um aumento na frequência do responder que se segue à operação de reforço (CATANIA, 1999; GONGORA, MAYER; MOTA, 2009).

A tabela (Tabela 3) sintetiza as definições:

Tabela 3: Definições resumidas dos termos

Natureza do estímulo	Operação (procedimento)	Processo
Reforço ou reforçamento Positivo	Apresentação de um reforçador quando uma resposta ocorre.	Aumenta a probabilidade de ocorrência da resposta
Reforço ou reforçamento Negativo	Remoção de um reforçador quando uma resposta ocorre.	Aumenta a probabilidade de ocorrência da resposta

O reforço pode ser assim qualificado na sua relação com o responder ou classe de comportamentos que este mantém; assim, na literatura podem ser encontradas as qualificações, como por exemplo: positivo, negativo, condicionado, incondicionado, natural, arbitrário, imediato ou de curto prazo, atrasado ou de longo prazo ou ainda postergado. É evidente que existem outras qualificações e/ou tipos de reforçadores encontrados e utilizados na literatura da Análise do Comportamento. Entretanto, como anunciado no início deste capítulo, as definições conceituais são aqui realizadas dadas à conformidade com o tema do

trabalho; portanto, restringiram-se aos termos: de longo prazo ou atrasado, de curto prazo ou imediato, natural e arbitrário.

3.5.1 Reforçadores de longo prazo e reforçadores de curto prazo.

Para Skinner (1989, 1975) os reforçadores podem ser considerados quanto à disposição temporal em relação à resposta apresentada. Os reforçadores mais comuns, e que ocorrem numa dimensão temporal muito próxima ao comportar-se dos indivíduos, são os reforçadores imediatos ou de curto prazo. Na perspectiva temporal, parece conveniente caracterizar apenas quanto tempo depois do comportamento individual (e, do mesmo modo, as práticas culturais) ocorre uma consequência.

Conforme Skinner (1989), os reforçadores imediatos são mais efetivos na medida em que fomos filogeneticamente selecionados para maior sensibilidade a estes em relação aos reforçadores de longo prazo ou reforçadores atrasados. Ou seja, quando o reforçador ocorre imediatamente após a ocorrência do comportamento, este tem maior efetividade, no sentido do efeito sobre a resposta em relação à apresentação atrasada do reforço, o que reduz acentuadamente seu efeito; a redução pode ser tanto maior quanto maior for o atraso (SANTOS; DE ROSE, 1999; SOUZA, 2001).

Portanto, as contingências (relações entre eventos) de reforço de longo prazo ou atrasado descrevem que as consequências somente ocorrerão, se a resposta especificada ocorrer depois que determinado intervalo de tempo tiver transcorrido após essa resposta, não envolvendo contiguidade (proximidade temporal ou espacial entre eventos) (SOUZA, 2001). Por exemplo, quem terminou a tarefa pode ir ao parque. Quem terminou tarefa consolidou sua aprendizagem, aferidas pela nota, no final do bimestre.

3.5.2 Reforçadores naturais e reforçadores arbitrários

Há, além das qualificações dos reforçadores como de curto prazo ou imediato, de longo prazo ou atrasado, dois termos utilizados e também importantes para o estudo aqui pretendido: reforçadores naturais e reforçadores arbitrários.

De acordo com Ferster et al. (1977), o reforço arbitrário é aquele em que as consequências do responder dependem da própria resposta e de outros eventos, ou seja, para ser eficaz, exige a intervenção direta de uma segunda pessoa, que na sua ausência a emissão da resposta não produz o reforço.

Alguns problemas podem ser apontados no uso do reforço arbitrário no contexto clínico e que podem ocorrer em outros contextos. De acordo com Ferster et al. (1977), um comportamento mantido por reforçamento arbitrário provavelmente não persistirá no ambiente natural, pois pode limitar os desempenhos às condições específicas e não considera outras circunstâncias do ambiente natural. Além disso, o reforço arbitrário geralmente está associado a condições de privação do controlador e não do indivíduo, tendo como finalidade primária os objetivos do controlador e não levando em consideração o repertório em andamento do indivíduo que está sendo controlado.

De acordo com Ferster et al. (1977), o reforço natural é aquele que é eficaz no ambiente (natural) do indivíduo, e sua eficácia é mantida porque ele ocorre nas circunstâncias cotidianas e não depende da intervenção de outra pessoa (da troca de reforçadores) Esse tipo de reforçamento se inicia com o repertório do indivíduo que está ocorrendo e não com uma forma arbitrária de desempenho que é modelada e determinada pelo controlador.

Os reforçadores naturais e arbitrários são também definidos através dos termos intrínsecos e extrínsecos, respectivamente. Os reforçadores intrínsecos originam-se no próprio comportamento do indivíduo, e são os resultados automáticos do responder; portanto, comportamento pode ser reforçado por reforço intrínseco quando as consequências intrínsecas

que ele mesmo produz funcionam como reforçadores (LOS HORCONES, 1992). Por exemplo, puxar ou levantar um objeto com mais força possibilita a remoção dele do lugar desejado (SKINNER, 1989). Já os reforçadores extrínsecos são compreendidos como consequências externas a uma atividade, apresentadas ou planejadas por outra pessoa, contingentes de um determinado comportamento como, por exemplo: notas, prêmios (LOS HORCONES, 1992; SANTOS; DE ROSE, 1999).

Observa-se assim que há diferenças conceituais nas definições desses tipos de reforçadores, entretanto, os termos naturais e arbitrários ou intrínsecos e extrínsecos estão presentes na literatura da área para qualificar o reforço (DEITZ, 1989; LOS HORCONES, 1992; TODOROV, 2010).

Diante dessas definições que classificam ou qualificam propriedades do reforço, seja nas relações descritas pelas contingências comportamentais, metacontingências ou macrocontingências parece claro a ampla dimensão que o conceito de reforço pode oferecer enquanto campo de pesquisa. Portanto, discutir conceitualmente o reforço integrando a pesquisa conceitual à pesquisa básica e aplicada pode-se ampliar a compreensão dos fundamentos do reforço considerando as referidas unidades de análises do comportamento.

A ênfase dada a esses tipos de consequências reforçadoras parece ser justificada pela sua efetividade e relação com a manutenção das práticas culturais. As consequências, qualificadas como arbitrárias, naturais, de curto e de longo prazo, podem estar relacionadas entre si e é essa relação que é aqui considerada; a relação de transição de controle entre esses reforçadores que controlam o comportamento do indivíduo nas práticas culturais, determinantes das consequências que mantêm (ou manterão) os comportamentos que constituem a prática.

Capítulo 4: Transferência de controle entre reforçadores

A partir da proposta de uma análise sobre procedimentos referentes à implementação ou utilização dos reforçadores, sejam arbitrários, naturais, de curto ou de longo prazo para o planejamento cultural, identificou-se, num primeiro momento, a necessidade de determinar e descrever o emprego da expressão *transferência de controle* para a descrição de procedimentos envolvendo as consequências reforçadoras, em suas diferentes qualificações e suas relações com a manutenção do comportamento.

Dessa forma, a transferência de controle é compreendida, neste trabalho, como um procedimento em que se torne possível alterar/ou manipular o que controla o comportamento do indivíduo nas práticas culturais, ou seja, as consequências reforçadoras: de curto e de longo prazo; arbitrárias e/ou naturais.

A transferência entre os reforçadores de curto e de longo prazo parece ser explicada pelo efeito desses reforçadores no responder, uma vez que há uma diferença de relação temporal dos reforçadores imediatos e dos de longo prazo com as respostas a serem reforçadas.

Conforme Skinner (1989), os reforçadores mais comuns ocorrem numa dimensão temporal muito próxima ao comportar-se dos indivíduos e são mais efetivos na medida em que fomos filogeneticamente selecionados para maior sensibilidade aos reforçadores imediatos em relação aos reforçadores de longo prazo. No entanto, tal “herança” evolutiva referente à alta sensibilidade às consequências imediatas pode produzir uma série de práticas prejudiciais aos membros de determinada cultura (CARARRA et al., 2010).

Por exemplo, manter o lixo dentro do carro para posterior descarte adequado é um comportamento com consequências de longo prazo; diferente de descartar o lixo pela janela, que envolve consequências mais imediatas, como sensação de alívio ao “se livrar” da sujeira.

Dessa maneira, para o planejamento, os reforçadores devem garantir que as contingências planejadas produzam, a um só tempo, as alterações no ambiente imediato do indivíduo e também na manutenção das práticas culturais, sem serem prejudiciais aos membros da cultura.

Já a transferência entre os reforçadores arbitrários e naturais parece ser explicada pela observação de que alguns comportamentos mantidos inicialmente por reforçadores arbitrários podem permanecer quando esses reforçadores forem retirados, pois provavelmente ao lado da consequência arbitrária ocorreu outra consequência reforçadora natural (FERSTER et al., 1977). Nesse caso, o controle deixa de ser exercido por reforçadores arbitrários e passa a ser exercido por reforçadores naturais, sugerindo que o reforçador arbitrário pode ser útil na modelagem inicial de um comportamento ou classes de comportamento, ao permitir uma transição mais rápida e fácil para a consequência natural do comportamento.

Retomando o exemplo do lixo no carro, caso a consequência de manter o lixo no carro esteja associada ao manter a cidade limpa (consequência de longo prazo) e ao sentimento de “fazer a sua parte” (consequência intrínseca imediata).

Portanto, os procedimentos para transição de controle entre reforçadores devem considerar a maneira que ocorrerem ou como devem ocorrer as possíveis transições entre tipos de eventos controladores do comportamento individual e das práticas culturais, no sentido de que os procedimentos devem prever a efetivação ou não dessa transição.

Entretanto, ao recorrer à literatura para o desenvolvimento do trabalho, os termos *transferência* e *controle* foram encontrados na literatura da Análise do Comportamento principalmente relacionados ao estudo do controle de estímulos (SÉRIO et al., 2008), incluindo, por exemplo, as temáticas equivalência de estímulos, comportamento verbal e estudo do conceito de prestar atenção (STRAPASSON, 2008), enfatizando a influência do contexto antecedente sobre a determinação do comportamento.

Ou seja, a expressão “transferência de controle” não foi encontrada enquanto procedimento em que o reforço é estabelecido nas contingências no contexto cultural. Dessa forma, buscou-se esclarecer ou considerar os procedimentos que possibilitem o planejamento das consequências reforçadoras, em pesquisas ou estudos que não necessariamente estivessem relacionadas ao contexto cultural, mas que de alguma maneira tratassem dos elementos envolvidos e sugeridos nos temas selecionados na seção do método.

De acordo com Skinner (1989), o procedimento experimental do condicionamento operante é simples e direto, nele uma contingência de reforço é disposta e expõe-se a ela um indivíduo por um determinado período, e então se explica a frequência e o padrão da resposta. Entretanto, definir procedimentos de previsão e controle envolve outras questões: que aperfeiçoamentos foram feitos na previsão e controle do comportamento futuro? Quais as variáveis envolvidas que capacitam o analista do comportamento a prever se o organismo vai responder ou não? Que variáveis devem ser controladas para manipular o responder? (SKINNER, 1989).

E em relação ao nível cultural? Retomando uma das questões levantadas no capítulo introdutório deste trabalho: está consolidada, no contexto da Análise Comportamental da Cultura, uma tecnologia para atender a tal demanda? Há, além disso, outro questionamento: como planejar uma consequência reforçadora sem ter dados de que essa consequência é de fato reforçadora, uma vez que, para Skinner (1989, 2007), as consequências comportamentais não são a finalidade do comportamento presente? Ou seja, uma vez que a consequência é denominada como reforçadora pelo aumento da frequência da resposta, como afirmar que uma consequência previamente planejada irá reforçar os comportamentos também planejados? Elas são simplesmente semelhantes às consequências que modelaram e mantiveram as classes de comportamentos que ocorreram no passado do indivíduo:

Na tentativa de responder esses questionamentos, este capítulo utilizou descrições de procedimentos experimentais e questionamentos conceituais de estudos que não necessariamente trataram dados que envolvam a transferência de controle, mas que trouxeram alguns dados a respeito dos procedimentos em relação aos reforçadores empregados em seus métodos.

Tratando mais diretamente dos estudos analisados, com relação aos dados sobre os efeitos de reforçadores no comportamento, a maior parte dos estudos encontrados enfatizaram as investigações a respeito dos reforçadores de longo prazo (ou atrasado), embora se tenha observado a ausência de estudos que incluíssem procedimentos descritivos para transferência de controle entre reforçadores no contexto do estudo da cultura, conforme anteriormente mencionado.

Entre os dados encontrados destaca-se que muitos estudos experimentais sobre o reforço atrasado apresentam, como resultados, que há uma correlação negativa entre as taxas de respostas e valores de atraso do reforço e que os efeitos do atraso do reforço sobre o responder operante variam em função do esquema de reforçamento vigente.

Os esquemas de reforçamento são definidos como condições mediante as quais as respostas são reforçadas, ou seja, são regras que especificam as relações entre as repostas e os reforços, os quais podem ser planejados de muitas maneiras, e cada esquema com valores dados dos parâmetros gera um desempenho característico (FERSTER; SKINNER, 1957; SKINNER, 1975).

Os principais esquemas de reforçamento podem ser: contínuo (um evento reforçador para cada resposta), e intermitente (apenas algumas respostas são seguidas por um evento reforçador). Existem quatro principais esquemas de reforçamento intermitentes: a) esquemas de razão fixa (FR) e esquemas de razão variável (VR); e b) esquemas de intervalo fixo (FI) e esquemas de intervalo variável (VI) (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Nos esquemas de razão uma determinada taxa de respostas deve ser emitida para resultar em um único reforçador. Quando o número de respostas exigidas para a liberação do reforço é sempre o mesmo, o esquema é denominado razão fixa (FR); quando o número de respostas exigidas para a liberação do evento reforçador varia, o esquema é denominado razão variável (VR) (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Em uma situação em que um técnico de futebol determina que seus jogadores bebam água somente depois de chutar 10 vezes em direção ao gol, pode-se dizer que se tem um exemplo de razão fixa. Quando se penteia os cabelos ou escovam-se os dentes, pode-se dizer que se tem um exemplo de razão variável.

Nos esquemas de intervalo, o reforçamento depende de uma resposta emitida após uma passagem de um intervalo especificado, ou seja, o número de respostas não é relevante, basta apenas uma resposta para a obtenção do evento reforçador; sendo o tempo decorrido da ocorrência do último evento reforçador o principal determinante para uma nova resposta ser ou não reforçada. Quando o período entre último evento reforçador e o próximo evento reforçador for sempre o mesmo, o esquema é denominado intervalo fixo (FI); quando esse período variar, sendo diferente de uma ocasião para a outra o esquema é denominado intervalo variável (VI) (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Por exemplo, para uma pessoa que assiste uma série de TV que é transmitida toda segunda-feira, a resposta de ligar a TV para assistir ao programa está em um esquema de intervalo fixo. E para uma pessoa que procura um anúncio de emprego em um jornal, de tempos em tempos a resposta de procurar é reforçada pela presença de algum anúncio, ou seja, o comportamento de procurar está em um esquema de intervalo variável.

Há ainda dois tipos de esquemas em que não há relação de contingência, isto é, o reforço é liberado independente de uma resposta específica, ou seja, mesmo que a resposta não ocorra, o reforço é apresentado de tempos em tempos, são: o esquema de tempo fixo (FT)

e esquema de tempo variável (VT). Nos esquemas de tempo fixo (FT) a liberação do reforço ocorre sempre em um determinado intervalo de tempo regular independente da ocorrência resposta, e nos esquemas de tempo variável (VT) a liberação do reforço ocorre em um intervalo de tempo variável ou irregular independente da ocorrência resposta (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

Como exemplo de esquema de tempo fixo, tem-se a aposentadoria, na qual o indivíduo recebe o reforço todo mês. E como exemplo de esquema tempo variável, têm-se os eventos climáticos e vitória do time favorito (MOREIRA; MEDEIROS, 2007).

No estudo de Fonseca e Tomanari (2007), por exemplo, os autores analisaram os efeitos da introdução de atrasos do reforço sobre a taxa e a distribuição de frequência das respostas de pressão à barra emitidas por ratos expostos a esquemas de intervalo variável (VI) e esquemas de razão variável (VR). Em sequência a esse trabalho, Fonseca e Tomanari (2009) buscaram investigar as variáveis que afetam o responder de ratos sob condições de atraso do reforço introduzindo diferentes valores de atraso para verificar seus possíveis efeitos sobre o responder de ratos em intervalo variável (VI) e razão variável (VR). Em ambos, os resultados mostraram que com a introdução do atraso do reforço houve uma diminuição nas taxas de respostas subsequentemente à condição anterior de reforçamento imediato, sendo a diminuição mais acentuada para os sujeitos cujo responder encontrava-se em intervalo variável (VI), em comparação aos sujeitos cujo responder encontrava-se em razão variável (VR).

Para o delineamento cultural a correlação negativa entre os valores das taxas de respostas com o procedimento de atraso do reforço e os efeitos do atraso do reforço podem implicar na necessidade de previsão de um elemento que garanta que essa relação passe a ser positiva. De maneira que o tempo entre a emissão da resposta e a liberação da consequência

produza efeitos para o fortalecimento da relação, garantindo o reconhecimento da consequência última, prevista no planejamento cultural.

Assim, uma vez que o reforço atrasado deve contribuir para a manutenção do comportamento desejado, os efeitos estabelecidos, como alvo dessa correlação negativa, devem ser minimizados ou até mesmo evitados pela utilização de um elemento procedimental que garanta que o reforçador de longo prazo seja claramente identificado nas práticas culturais e, com isso, não seja reduzida sua probabilidade de manutenção da resposta. Neste caso, o elemento procedimental pode ser a utilização de regras ou instruções.

Por exemplo, as epidemias de dengue nas regiões brasileiras são recorrentes ano a ano, constituindo preocupação altamente relevante para a área de Saúde. O acúmulo de água em determinados locais (pneus, pratos de vasos, garrafas, entre outros) no período de chuvas propicia a constituição de criadouros de larvas dos mosquitos transmissores da dengue. O que torna a situação agravada são os comportamentos das pessoas nesse contexto que contribuem significativamente para a proliferação de larvas e para ocorrência de surtos epidêmicos, aumentando as estatísticas quanto ao número de casos.

Assim, o conjunto de comportamentos da população, isto é, os comportamentos individuais de ausência de cuidados efetivos com a prevenção da proliferação do mosquito acabam por constituir práticas culturais prejudiciais à saúde da população, se consideradas as consequências de longo prazo que advêm de tais ações.

Por não afetarem diretamente o comportamento dos indivíduos, as consequências culturais tem sua ação atrasada (muitas vezes para além do tempo de vida do indivíduo), podendo não ter função reforçadora, isto é, podem não retroagir diretamente sobre o comportamento do indivíduo. Há, assim, uma direção invertida, os efeitos das consequências reforçadoras imediatas são mais efetivos na manutenção dos comportamentos do que os

efeitos do reforço para o grupo ao qual o indivíduo pertence (MAZZO; GONGORA, 2009; SKINNER, 1987).

De acordo com Mazzo e Gongora (2009), para que a inversão da direção do reforço seja estabelecida é necessário que a consequência cultural de longo prazo supere os efeitos das consequências reforçadoras imediatas. É nesse sentido que o planejamento de contingências pode ser realizado para minimizar efeitos danosos de reforçadores imediatos, que controlam o comportamento operante do indivíduo e pode favorecer o controle do comportamento também por consequências atrasadas.

Os procedimentos de transferência de controle podem também incluir aspectos para além da distância temporal entre resposta e reforçador, possibilitando as investigações de outros elementos e questões presentes nos estudos sobre atraso de reforço. Por exemplo, para Lattal (2010), os estudos dessa área indicam principalmente que, para além do denominador comum da separação temporal entre resposta e reforço, os procedimentos de atraso de reforço diferem em várias dimensões, trazendo diversas implicações para os procedimentos de controle.

De acordo com Lattal (2010), a análise experimental do atraso de reforço pode ser considerada a partir da perspectiva de três questões que parecem básicas não só para a compreensão de atraso de reforço, mas também, por implicação e contribuições para compreensão das relações temporais entre eventos para o comportamento operante. Com isso, os estudos nessa mesma perspectiva podem orientar e fornecer dados também importantes para o desenvolvimento de procedimentos de transferência.

As questões apresentadas por Lattal (2010) são: se os efeitos da relação temporal entre as respostas e reforçadores podem ser isolados a partir de outras características do ambiente que muitas vezes acompanham os atrasos; por exemplo, como estímulos ou mudanças na

distribuição temporal ou na taxa de reforço; como são os efeitos dos atrasos no comportamento operante; e a questão final é de interpretar os efeitos atrasados do reforço.

Entre os exemplos dados pelo autor sobre essas questões estão: os estudos que envolvem o período de tempo entre a resposta que produz o reforço e o reforço, considerando dois tipos de procedimentos: os atrasos de reforço não sinalizado e sinalizado; os estudos sobre outras características do atraso como quando os atrasos são acompanhados por estímulos diferentes (visuais ou auditivos); e os estudos em termos de reajuste do intervalo de atraso ou ainda combinando esses dois últimos procedimentos; e também estudos sobre a programação de uma duração fixa ou variável para o atraso (LATTAL, 2010).

Segundo Lattal (2010), em relação aos estudos que consideram os procedimentos de atrasos de reforço não sinalizado e sinalizado, a presença ou ausência de sinal de atraso de reforço pode simultaneamente alterar outras características do ambiente, o que por sua vez pode contribuir para as mudanças comportamentais.

Em um determinado delineamento cultural pode-se programar a presença ou ausência de sinal de atraso de reforço visando mudanças comportamentais, as quais parecem estar inicialmente apenas relacionadas à imposição do atraso. Para a transferência de controle entre reforçadores, considerar tal aspecto pode tornar um determinado procedimento mais efetivo para a manutenção do comportamento dado o reforçador de longo prazo.

Por exemplo, considerando um hipotético e ilustrativo delineamento de controle ou prevenção da obesidade em uma população infantil em uma escola³, pode-se sinalizar os reforçadores. Para esse delineamento, a redução da pesagem final das crianças consideradas obesas traria para a escola prêmios como computadores, salas lúdicas; e as crianças, além dos benefícios para sua saúde, também ganhariam uma viagem para um parque de diversão. O controle de peso seria feito mensalmente, assim, seriam instituídas datas de visitas pré-

³ O exemplo citado é hipotético e não tem qualquer validade empírica, sendo apenas uma exemplificação da sinalização de reforço atrasado em um contexto de delineamento cultural.

agendadas para pesagem dos participantes. A cada pesagem que se constatasse a redução de peso, cada participante receberia um vale a ser trocado por outro prêmio na data da pesagem seguinte. Sugere-se que as datas de pesagem pudessem sinalizar a entrega ou não do reforçador atrasado, e com isso tornar mais efetivo o procedimento para a manutenção do comportamento.

Outro estudo que pode indicar dados interessantes para os procedimentos de transferência de controle foi realizado por Stromer et al. (2000). Ao examinarem artigos publicados no *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB), sobre reforço atrasado no que diz respeito à alocação de resposta, sobre encadeamento de estímulo e sobre autocontrole, apontaram que esses estudos ajudam a esclarecer as condições em que atraso de reforço exerce: 1) controle do comportamento, 2) implica reforço condicionado, e 3) desloca os efeitos de reforço imediato.

Os autores indicaram que quanto maior o tempo decorrido entre a emissão de uma resposta e uma consequência particular, maior a probabilidade de que outros eventos ocorram no intervalo, muitos deles não reforçadores ou pouco reforçadores, o que promove (conforme o transcurso temporal) menor grau de dependência entre resposta e consequência planejadas. Assim, observa-se que o efeito do reforço atrasado não deve ser observado de forma isolada, pois há não só outros comportamentos que ocorrem entre o comportamento operante de interesse e o reforço atrasado (STROMER et al., 2000), mas também outras consequências, antes da consequência planejada.

Existe, portanto, uma separação temporal estrutural ou processual entre as respostas operantes e reforçadores que as seguem, mas isto não corresponde necessariamente a uma separação funcional entre esses elementos. O atraso não é um período de vazio comportamental através do qual o tempo passa; em vez disso, como é sugerido anteriormente, durante o atraso do reforço podem ocorrer eventos como: uma mudança no controle de

estímulo, levantando a possibilidade que tal evento pode contribuir para o atraso do efeito de reforço (STROMER et al., 2000).

Assim, ao considerar os aspectos que podem estar envolvidos no planejamento de procedimentos de controle de reforçadores, pode-se então observar quais tipos de eventos podem estar aí presentes e até mesmo quais eventos serão estabelecidos entre o atraso de reforço e o comportamento a ser reforçado.

Stromer et al. (2000) faz um questionamento final em seu texto, indicando lacunas ainda possivelmente não respondidas no nível de seleção ontogenética operante, que aqui podem ser aplicadas (no sentido de serem transportadas, guardadas as devidas diferenças dos níveis de seleção e variação) quando se considera o nível seleção cultural. Por exemplo, em que condições são necessários sinais para a manutenção apropriada do comportamento alternativo (alternativos aos comportamentos inadequados)? Em que condições o reforço atrasado é eficaz no estabelecimento de uma resposta alternativa funcionalmente equivalente apropriada para competir com o comportamento inadequado? Tais comportamentos, os alternativos e inadequados nas intervenções no contexto cultural podem ser aqueles que devem substituir os comportamentos com consequências que são mais favoráveis para a manutenção da prática.

Esses questionamentos apontam a necessidade de pesquisa em relação ao atraso de reforço, tanto considerando o nível de seleção ontogenética quanto no nível de seleção cultural o que pode refletir conseqüentemente no desenvolvimento dos procedimentos de transferência de controle.

Também o estudo de Fowler e Baer (1981) trouxe dados importantes sobre a efetividade do reforço atrasado. Foi avaliado o efeito do reforço (imediate e atrasado) na promoção da generalização de comportamentos sociais em crianças pré-escolares. No estudo, o reforçamento ora programado logo após a configuração em que o comportamento alvo

ocorreu (configuração contingente) ora entregue somente depois de várias outras configurações (configuração generalização, com atraso de reforço), foi usado para melhorar uma variedade de comportamentos e para controlar a sua generalização.

Participaram do estudo sete crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, que assistiram a aulas pré-escolares. Cinco das crianças foram considerados normais, e assistiram a aulas que normalmente continham de 15 a 18 crianças e eram conduzidas por três a cinco professores. Dois estudantes apresentaram problemas de comportamento na forma de descumprimento geral de ordens e birras; estas crianças participaram de uma classe especial para crianças com problemas de aprendizagem e comportamento. Foram realizadas observações em sala de aula de seis das crianças durante duas atividades lúdicas livres de 10 e 20 minutos. As duas crianças restantes foram observadas durante duas atividades pré-acadêmicas de 15 minutos de duração. Na primeira sessão de observação foi realizado o procedimento de reforço contingente, e na segunda sessão de observação foi realizado procedimento de generalização (atraso de reforço).

Durante condições de intervenção cada criança também participou diariamente de duas sessões breves (1-5 min) de treinamento em uma sala experimental. A primeira sessão de treinamento foi conduzida imediatamente antes da primeira observação de aulas (sessão contingente); a segunda sessão de treino ocorreu após a primeira observação. As definições de resposta e observações obedeceram ao critério de que apenas um comportamento foi modificado, sendo as alterações de acordo com os diferentes comportamentos de cada criança. Cada mudança de comportamento foi selecionada para atender às necessidades individuais dos alunos, e para examinar a generalidade dos efeitos experimentais nas respostas.

Nas condições, contingente e generalização, as afirmações incorretas das crianças foram corrigidas e/ou ignoradas, e cada criança que realizou o comportamento solicitado

ganhou um adesivo ou ponto, a única diferença é que no procedimento de generalização o *feedback* e/ou reforço ocorria no final do dia.

Os resultados sugeriram que o atraso no reforço foi uma técnica eficaz e eficiente para a promoção de desempenhos que não se generalizaram espontaneamente. O reforço atrasado pode facilitar a generalização, provavelmente por prever a discriminação dos contextos em que as contingências de reforçamento realmente funcionam (FOWLER; BAER, 1981).

Para os procedimentos de transferência de controle, considerar a possibilidade de promover desempenhos que não se generalizam espontaneamente é importante na medida em que alguns dos desempenhos a serem planejados podem ter essa característica.

Além disso, os resultados de Fowler e Baer (1981) também indicaram que a manutenção de vários comportamentos sob condições de reforço atrasado pode ocorrer quando o atraso é mediado por eventos que clarificam as contingências; entretanto, essa clarificação pode restringir o desempenho. Os autores sugerem que as propriedades de instrução da sessão de treino diária podem ter contribuído para o estabelecimento inicial e subsequente da generalização dos comportamentos alvo.

Em síntese, nos estudos aqui expostos os procedimentos descritos que envolveram o reforço atrasado (ou atraso de reforço) apresentaram diversos efeitos comportamentais, em função das circunstâncias de suas construções e imposições. E, assim, podem ser considerados e implementados (no sentido de serem transportados, também realizados) em procedimentos para a transferência de controle.

Também é importante ressaltar que na literatura consultada foram encontrados estudos que se utilizaram tanto do termo atraso de reforço quanto do termo reforço atrasado. O termo atraso de reforço foi mais utilizado quando se tratava da descrição do procedimento, e reforço atrasado quando tratava do evento reforçador; sugere-se que essas utilizações remetem a diferenciação dos termos reforçamento, reforço e reforçar citados anteriormente.

Com relação aos reforçadores naturais e reforçadores arbitrários, há uma discussão anterior à discussão ou reflexão sobre a transferência de controle em relação a esses reforçadores, pois há na literatura da Análise do Comportamento discordâncias e diferentes definições sobre esses conceitos.

Conforme apresentado anteriormente, alguns autores diferem em suas definições sobre os conceitos desses qualificadores. Por exemplo, para alguns analistas do comportamento o evento reforçador é denominado natural quando definido com base na configuração em que ocorre (FERSTER et al., 1977), e para outros é definido como um produto automático do comportamento, podendo ser denominado como reforço intrínseco (LOS HORCONES, 1992).

De acordo com Barros e Benvenuti (2012), essa discussão aparece na literatura pelos termos das dicotomias: *natural* versus *arbitrário*, e *intrínseco* versus *extrínseco*, e ainda envolve a questão do termo *automático*. Este termo qualifica o reforço como aquele que independe da mediação social e é resultado direto do comportamento do indivíduo, que opera diretamente sobre organismo que se comporta (VAUGHAN; MICHAEL, 1982). Como por exemplo, o comportamento de roer unhas, ocorre mesmo o indivíduo estando sozinho, ou seja, sem a atenção ou diante de uma tarefa.

Para Barros e Benvenuti (2012), os termos *natural*, *arbitrário*, *intrínseco* e *extrínseco* podem ser apresentados como conceitos equivalentes:

[...] reforçamento extrínseco, que exige a resposta e fontes adicionais de controle para a produção do reforçador é também arbitrário por não ser produto direto da resposta e sim providencialmente arranjado para exercer função de reforçador. Por outro lado, o estímulo ambiental produzido diretamente pela resposta e que independe de fatores adicionais ou arbitrários para atuar como reforçador pode ser definido como reforçador natural, intrínseco ou automático” (BARROS; BENVENUTI, 2012, p.177).

Entretanto, conforme Todorov (2010), que na ocasião transcreveu diferentes argumentações dos analistas do comportamento brasileiros sobre a definição e aplicação

desses conceitos, que há ausência de consenso, sugerindo ainda questionamentos sobre tais conceitos.

Entre as argumentações apresentadas foram colocados questionamentos sobre o uso do qualificador "natural", que pode gerar uma confusão entre reforço natural versus reforço em uma situação natural. Ou seja, pode parecer que com esse qualificador o reforço somente pode aumentar a probabilidade da resposta apenas em um determinado contexto. Para Los Horcones (1992), por exemplo, o problema que pode estar associado ao uso do termo natural, é que este qualificador pode estar relacionado a uma configuração particular, mas o que é natural pode variar em diferentes contextos.

Assim, parece que termo natural não seria equivalente ao termo intrínseco, o qual parece mais adequado para ser empregado quando se consideram as mudanças nas estimulações produzidas pelo próprio comportamento (LOS HORCONES, 1992).

Outra argumentação apresentada foi sobre a inutilidade da distinção entre natural e arbitrário quando se fala de uma consequência explícita como nota em uma prova, ou quando mediada ou não por outra pessoa. Sugere-se que a diferenciação entre reforçadores naturais e arbitrários tem uma justificativa histórica importante; entretanto, há dúvidas sobre se essa diferenciação é, atualmente, importante e conceitualmente consistente (como tem sido, por exemplo, importante distinguir reforço positivo de negativo, social de não-social, primário de condicionado) (TODOROV, 2010).

Diante desses questionamentos e discordâncias sobre as definições, considera-se aqui, que os qualificadores natural e intrínseco, arbitrário e extrínseco, podem não ser necessariamente equivalentes considerando-se as definições dos termos, mas o termo automático, sugerido nas definições de intrínsecos e extrínsecos, pode favorecer a compreensão da relação da consequência com o responder e os efeitos dessa relação no

responder do indivíduo, de uma forma mais clara do que o uso dos termos: *natural* e *arbitrário*.

Conforme Los Horcones (1992), não há muitos estudos experimentais sobre o conceito de reforço natural, o que tem deixado o próprio conceito com definição vaga e variada; o que tem dificultado a definição desse conceito, conforme apontado por alguns autores (FERSTER, 1967; LOS HORCONES, 1983, 1992; SKINNER, 1987).

Os dados diretamente relacionados a esses tipos de reforçadores, principalmente em relação aos reforçadores naturais, de acordo com Los Horcones (1992), muitas vezes não têm sido experimentalmente estudados a partir de uma perspectiva analítica comportamental pela sua dificuldade de definição. Esse aspecto foi observado durante o levantamento bibliográfico realizado neste trabalho, pois houve dificuldade em encontrar estudos sobre tais temas.

Entre os poucos dados encontrados, estão os citados no estudo realizado por Fowler e Baer (1981), mencionado anteriormente. Nesse estudo, os autores sugerem que é possível que reforçadores naturais (por exemplo, a atenção dos pares) possa ter sustentado o desempenho da criança na generalização após a mudança de temporização do reforço. Ou seja, com a imposição do reforço atrasado, os reforçadores naturais puderam ser efetivos para a manutenção dos desempenhos durante a generalização; por exemplo, a conversa de uma criança com seus colegas potencialmente foi reforçada por suas respostas positivas, e então pode ter melhorado sua postura (ficar sentado na cadeira) devido ao seu conforto físico.

Nesse mesmo estudo de Fowler e Baer (1981) são citados o uso de reforçadores arbitrários ou extrínsecos para o delineamento do desempenho, neste caso adesivos e os pontos que eram obtidos durante as sessões de *feedback* e de reforçamento poderiam ser trocados imediatamente por um pequeno brinquedo, ou poderiam ser guardados até que vários adesivos fossem ganhos (por exemplo, de 4 a 8) e, em seguida, trocados por um brinquedo maior.

Entretanto, as consequências reforçadoras arbitrárias quando inicialmente programadas podem não ter o valor de sobrevivência para moldar o comportamento; somente quando estas consequências começarem a contribuir para a sobrevivência é que se pode torná-las mais eficazes. Por exemplo, no contexto da terapia, através de um artifício relativamente inequívoco de contingências sociais, o terapeuta constrói um repertório que será naturalmente eficaz na vida diária do cliente. Ou seja, um repertório aprendido durante uma sessão, pode ser generalizado para o cotidiano do indivíduo (SKINNER, 1987).

De acordo com Matos (2001), alguns eventos, aqueles filogeneticamente importantes para a sobrevivência do indivíduo e da espécie, são reforçadores intrinsecamente eficazes; outros precisam ser instalados ou aprendidos (isto é, função reforçadora adquirida) e é, nesse sentido, que os reforçadores arbitrários passam a ser importantes. Elogios e dinheiro são eventos cuja eficácia depende de sua associação com reforçadores intrínsecos, ou seja, são extrínsecos à atividade que atuam.

Os estudos que apresentam alguns dados sobre reforçadores arbitrários e naturais tratam, geralmente, de procedimentos de aprendizagem no contexto escolar. No estudo realizado por Fernandes e Souza (2009), por exemplo, os autores, ao investigarem o efeito de contingências reforçadoras sobre o aumento de comportamentos pró-sociais dos alunos no contexto escolar, identificaram que as consequências artificiais (extrínsecas ou arbitrárias), como elogios individuais e grupais, privilégios (como 10 minutos a mais de recreio, auxiliar o professor/monitor, brincadeiras), e eventualmente, balinhas, chicletes e bombons para reforçar os comportamentos de participar das atividades possivelmente aumentaram a probabilidade de modificação do desempenho dos alunos.

Os resultados indicaram redução na frequência de comportamentos antissociais, aumento nas frequências de comportamentos pró-sociais, maior participação dos alunos nas atividades programadas pela instituição e redução na frequência do uso do controle aversivo

pelos professores/monitores, sustentando que as contingências reforçadoras foram eficazes no fortalecimento de comportamentos pró-sociais (FERNANDES; SANTOS, 2009).

Tanto para Los Horcones (1983) quanto para Skinner (1987) não há nada de errado com o uso do reforço artificial ou arbitrário (ou ainda extrínseco); entretanto, o sucesso da formação e manutenção de um comportamento específico depende em grande parte do tipo de reforçadores selecionados e em como e quando eles são entregues. Ou seja, ao se programar as consequências reforçadoras deve-se atentar que estas sejam utilizadas não só para reforçar o comportamento desejado, mas também para dar condição para a manutenção do comportamento pelas consequências naturais.

Por exemplo, de acordo com Skinner (1987), produtos de uma cultura como os comportamentos de ler e escrever são exemplos de comportamento que inicialmente são mantidos por reforçadores arbitrários (ex: pontuação pela quantidade de livros), mas que ao entrarem em contato com as contingências naturais consequentemente passam a ser mantidos pelos reforçadores naturais (ex: acesso à informação).

Ainda considerando o contexto escolar, o reforço natural pode ser mais vantajoso, pois os comportamentos dos alunos podem ser mais rapidamente moldados devido à sua efetividade (SKINNER, 1989; LOS HORCONES, 1992). Os reforçadores naturais podem estar disponíveis para todos os alunos ao mesmo tempo, enquanto que os reforçadores artificiais (arbitrário) não, pois pode ser tarefa quase impossível para o professor reforçar o comportamento de cada aluno no momento mais apropriado. O reforço natural pode levar o comportamento sob o controle de estímulos discriminativos naturais, ao invés das instruções do professor ou da sua presença. O comportamento de estudar é naturalmente reforçado e, portanto, provavelmente é generalizado para além do ambiente escolar e na ausência do professor (LOS HORCONES, 1992).

Apesar disso existem algumas desvantagens no uso exclusivo de reforçadores arbitrários, como por exemplo, os alunos podem parar de estudar quando professores pararem de reforçar. Muitas vezes o reforçador para o comportamento do aluno de frequentar a escola não é para aprender, mas sim obter uma marca de presença ou para evitar a punição por não participar. Os estudantes costumam fazer apenas o necessário para preencher os requisitos exigidos pelo professor, e não estudam mais do que o necessário para passar no exame (LOS HORCONES, 1992).

De acordo com Ferster et al. (1977, p. 287) o comportamento do controlado (o estudante, seguindo o exemplo já citado) só será mantido a curto prazo, enquanto o controlador (o professor) estiver presente. Por outro lado, os reforçadores naturais são usados em benefício da pessoa controlada e são úteis na manutenção do comportamento tanto imediatamente quanto no longo prazo. Pode-se afirmar, portanto, que esses estudos possibilitaram algumas implicações sobre o uso de reforçadores arbitrários ou extrínsecos, naturais ou intrínsecos, na transferência de controle.

Em síntese, nos estudos aqui expostos, os procedimentos descritos que envolveram os conceitos de reforço arbitrário e natural, sugerem que aqueles comportamentos, então mantidos por reforçadores arbitrários no curto prazo, podem ser “dispensados” e substituídos por reforçadores naturais, uma vez que “perdem” sua funcionalidade, ao terem seu controle substituído por consequências de longo prazo.

No delineamento cultural essa transição pode ser implementada pelo uso dos procedimentos de transferência, de maneira que o indivíduo entre em contato com as contingências reforçadoras naturais e de longo prazo e/ou através, por exemplo, da descrição dessas consequências pelas regras previstas no delineamento. O papel das regras e do comportamento verbal enquanto elementos fundamentais para essa transição será discutido na seção seguinte.

4.1 Comportamento governado por regras e comportamento verbal

Parece plausível afirmar que a articulação e/ou transição entre reforçadores, no contexto do planejamento cultural, é considerada possível, seja pela mediação dos comportamentos verbais, seja pelo uso de regras ou de ambos os elementos (ABIB, 2001; ANDERY et al., 2005; CORTEGOSO, 2006; DITTRICH, 2008; GLENN, 2005; MELO; DE ROSE, 2006; SKINNER, 1978, 1989; TODOROV, 1987; TODOROV; MOREIRA, 2004; TODOROV et al., 2004; VICHI, 2005). As regras e o comportamento verbal podem ser, portanto, importantes para aplicação de procedimentos que possibilitem a transferência de controle dos comportamentos inicialmente mantidos por reforçadores arbitrários e de curto prazo, para reforçadores naturais e de longo prazo.

De acordo Skinner (1975), regras são estímulos especificadores de contingências ou estímulos discriminativos que descrevem as contingências; assim, o comportamento é colocado sob controle de regras por uma história de reforço diferencial. As regras constituem descrições das condições sob as quais os comportamentos, quando emitidos, serão consequenciados e têm a função de estímulos discriminativos verbais para o outro indivíduo (MATOS, 2001).

As regras são seguidas porque no passado o comportamento de seguir regras similares foi reforçado, ou seja, o que determina se um indivíduo seguirá a regra ou não é sua história de exposição às consequências (reforçadoras ou punitivas) do comportamento de seguir regras. A probabilidade de um comportamento vir a ocorrer no futuro não é necessariamente alterada pelas regras, são as consequências que alteram a probabilidade de um comportamento de seguir regras ocorrer no futuro (SKINNER, 1975).

Ainda conforme Skinner (1975), o comportamento governado por regras pode parecer ser mais vantajoso, pois pode ser adquirido mais rapidamente do que o comportamento modelado pelas contingências, possibilitando a ampliação do repertório comportamental do

indivíduo pela aquisição de novos comportamentos sem manter contato direto com as contingências naturais. Porém, comportamento controlado por regras tenderia a ser muito persistente e pouco adaptativo a novas contingências; principalmente quando essas contingências não são descritas pelas regras (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006; SKINNER, 1975).

De acordo com Matos (2001), as regras são úteis para a sociedade no que se refere à manutenção e instalação de comportamentos desejados pelos membros do grupo. Por meio das regras, os indivíduos mais velhos de uma comunidade estabelecem e formulam regras (e estes comportamentos frequentemente são também reforçados entre e por eles mesmos); que são transmitidas ou repassadas para os membros mais novos, que continuarão e perpetuarão as práticas culturais necessárias para a sobrevivência daquele grupo todo (MATOS, 2001).

Quando membros atuantes de uma sociedade entram em contato com as regras e as seguem, repertórios de solução de problemas são selecionados e mantidos por consequências de reforçamento existentes na cultura (TODOROV, 2004). Assim, as consequências sociais do seguir regras são importantes tanto no curto prazo quanto no longo prazo, na medida em que suplementam os efeitos reforçadores das outras consequências do seguir regras (MATOS, 2001).

Em *Walden II: uma sociedade do futuro*, por exemplo, Skinner (1978) apontou o papel das regras estabelecidas para que a comunidade fosse mantida inicialmente e que possivelmente possibilitou o sucesso da cultura.

Segundo afirma Andery (2001, p. 481),

Uma cultura depende, para sua sobrevivência, da instalação e manutenção de repertórios que não estão sob controle estrito de reforçadores imediatos. Para isto, necessita basear-se em regras, mas que deveriam ser descritivas dos fenômenos e não avisos de coerção. O planejamento das contingências de manutenção das regras e das próprias regras seria a única possibilidade de superar-se o controle estrito por consequências imediatas de maneira a poder intervir no futuro.

Assim, conforme Skinner (1975), consequências muito adiadas, ineficazes na modelagem do comportamento, podem justificar a utilidade das regras, pois as regras tendem a trazer à tona as consequências remotas; sem regras, apenas as consequências imediatas afetam o comportamento. Dessa maneira, pode-se afirmar que é imprescindível ao analista do comportamento considerar o papel da regra como elemento importante para complementar as contingências fracas, remotas ou complexas, e na medida em que estas se tornam mais fortes, pode ser eliminado o controle por regras (MATOS, 2001).

Esse dado é base para o desenvolvimento dos procedimentos de transferência de controle; a prescrição de regras implicaria assim sinalizar dois tipos de contingências: uma contingência de curto prazo, na qual o comportamento pode ser mantido pelo reforço arbitrário por seguir a regra, mediado pela comunidade verbal; e outra contingência de longo prazo, que determina a regra descrevendo a contingência em curto prazo, referente aos comportamentos mantidos por reforço natural, como a saúde, sobrevivência e bem estar dos membros da cultura (BAUM, 1999). A funcionalidade da regra termina por ser maior ou menor em razão de quão bem ela descreve as relações entre comportamentos, seus eventos antecedentes e consequentes.

No entanto, mesmo diante das indicações encontradas na literatura da Análise do Comportamento para a utilização das regras como comportamento verbal, como elemento necessário para o planejamento cultural, e consequente transferência de controle entre reforçadores, há alguns aspectos relacionados aos temas, que precisam ser considerados. Entre eles aponta-se aqui as questões relacionadas à insensibilidade do comportamento estabelecido por regras às mudanças nas contingências naturais; a necessidade ou não de monitoramento por parte daquele que estabelece a regra para o seguimento e manutenção de regras, e o tipo de consequência a ser descrita na regra.

Buscando investigar algumas dessas questões, alguns estudos (citados mais adiante) puderam orientar a discussão sobre o comportamento governado por regras no contexto das investigações sobre os procedimentos de transferência de controle entre reforçadores. Assim, foram encontrados alguns exemplos de estudos experimentais que trataram dessas questões, que mesmo não voltados diretamente para responder aos procedimentos de transferência de controle, podem sugerir caminhos para posteriores investigações.

Os estudos (citados mais adiante) encontrados para exemplificar a investigação de tais aspectos, em sua maioria, utilizam-se da estratégia de manter a regra inalterada durante todo o experimento enquanto que as contingências programadas são manipuladas. Ou seja, em geral, a tendência é a utilização de um procedimento de escolha de acordo com os modelos, no qual a tarefa do indivíduo é escolher estímulos de comparação iguais ou diferentes ao modelo apresentado. A resposta pode ser reforçada ou não, o que depende do objetivo do estudo.

Dessa forma, tem-se uma relação entre uma condição antecedente, uma resposta e uma consequência (contingência tríplice), que está colocada sob controle condicional. Portanto, o estímulo condicional apresenta a função de determinar o controle que outros estímulos discriminativos, alterando a probabilidade da manifestação das relações de três termos existentes no repertório do organismo (LOPES JR; MATOS, 1995).

Além disso, um elemento pode ser adicionado a essa contingência: o estímulo contextual. Tal adição resulta em uma unidade de análise responsável por descrever a influência exercida pelo ambiente sobre as discriminações condicionais. Com isso, a ênfase desta unidade de análise está na descrição das variações presentes nas relações entre estímulos condicionais e discriminativos em função do contexto, ou seja, de características, propriedades ou dimensões do ambiente que exercem controle sobre relações condicionais (LOPES JR; MATOS, 1995).

O estímulo contextual pode ser, por exemplo, a regra. Apresenta-se uma regra que pode ser correspondente ou discrepante da contingência de quatro termos em vigor e observa-se se o comportamento de seguir a regra é seguido ou abandonado. Neste caso, a regra (correspondente ou discrepante) altera as relações condicionais (entre modelo e comparação) estabelecidas na tarefa.

Por exemplo, Paracampo et al. (2001) investigaram os efeitos sobre o comportamento verbal e o não-verbal de mudanças em contingências de reforço aplicadas em um desempenho não-verbal sob controle contextual. Para tanto, crianças foram expostas a procedimento de escolha de acordo com os modelos, tendo como tarefa escolher estímulos de comparação baseados no critério de igualdade ou diferente em relação ao modelo apresentado. A emissão das respostas não-verbais corretas produzia fichas trocáveis por brinquedos. Duas condições variaram de acordo com a forma de estabelecimentos de respostas corretas.

Na Fase 1 da Condição 1 as respostas eram estabelecidas por reforço diferencial, e na Fase 1 da Condição 2 as respostas eram estabelecidas por instrução. Em ambas as condições as contingências em vigor eram revertidas na Fase 2 e reestabelecidas na Fase 3 sem nenhuma sinalização ou instrução. Em cada fase era solicitado que as crianças dissessem o que deveriam fazer para ganhar as fichas sem serem reforçadas para isso (PARACAMPO et al., 2001; ALBUQUERQUE; PARACAMPO, 2010).

Entre alguns dos resultados, foi encontrado que o comportamento estabelecido por contingências tende a mudar quando ocorrem as mudanças de contingências, enquanto o comportamento estabelecido por instrução tende a permanecer inalterado diante dessa mudança. Ou seja, o comportamento exposto a regras tende a ser menos adaptativo a situações novas do que o comportamento controlado por contingências, concordando com as afirmações de Skinner (1975).

Tais resultados, considerando o papel da regra como elemento que pode garantir a transferência de controle entre os reforçadores em um planejamento cultural, indicam a problemática de previsão de uma alteração nas contingências naturais vigentes para a instalação de novos comportamentos (no caso, aqueles especificados pelo planejador). Uma vez que o comportamento estabelecido pela regra pode gerar insensibilidade a mudanças nas contingências naturais, pode existir um conflito com a necessidade de fazer com que os indivíduos estejam em contato com as contingências programadas para a posterior manutenção do comportamento estabelecido, dada a suspensão da regra.

Entretanto, esses dados não implicam necessariamente a afirmação de que o comportamento de seguir regras sempre é insensível a mudanças em contingências de reforço. Alguns estudos têm buscado identificar que a insensibilidade pode apenas ser afirmada quando esta descreve o comportamento que não está sob controle das contingências imediatas, pois quando o comportamento está sensível a essas consequências ele tem maior probabilidade de acompanhar a mudança (PARACAMPO et al., 2001; ALBULQUERQUE et al., 2004).

No estudo realizado por Paracampo e Albuquerque (2004), ao investigar os efeitos de diferentes tipos de consequências sobre o seguimento de regras, os autores identificaram que as consequências imediatas também controlaram o comportamento do indivíduo, ou seja, o comportamento não ficou puramente sob controle das regras, mas também sob controle desse tipo de consequências.

No experimento, crianças foram expostas a um procedimento de escolha segundo o modelo (escolha entre dois estímulos de comparação na presença de um estímulo condicional relacionado a um estímulo contextual) que teve três condições variadas. Na Condição 1 nenhuma resposta era reforçada; na fase 1 da Condição 2 o seguimento de regra evitava perda de reforçadores; na Fase 2 as contingências eram alteradas e o seguimento de regra passava a

produzir perda de reforçadores, e na Fase 3, as contingências eram novamente alteradas com o retorno às contingências da Fase 1. Na Condição 3 o seguimento de regra não produzia reforço e o não seguimento de regra era reforçado.

Além disso, Paracampo e Albuquerque (2004) também encontraram como resultados que a manutenção do comportamento de seguir regras depende, em parte, do tipo de consequência por ele contatada, uma vez que quando o comportamento de seguir regras passou a produzir perda de reforçadores, esse comportamento tendeu a mudar no sentido de acompanhar a contingência, sendo mantido por ela e não mais pela regra. Esse mesmo dado foi encontrado nos estudos de Albuquerque et al. (2004), Paracampo et al. (2007) e Pinto et al. (2008).

O estudo realizado por Pinto et al. (2008) teve o objetivo de verificar se participantes inflexíveis ou flexíveis (no sentido de que a história de cada indivíduo pode contribuir para produzir indivíduos mais ou menos seguidores de regras que outros) apresentam maior ou menor probabilidade de seguir regras, quando o seguir regras produz perda de reforçadores, teve como resultado que o seguimento de instruções (regras) tende a ser abandonado quando produz perda de reforçadores independente da classificação do participante.

No estudo de Albuquerque et al. (2004), buscou-se investigar o papel da monitorização no seguimento de instruções em crianças que foram expostas a um procedimento de escolha segundo o modelo, em que as respostas corretas evitavam e as incorretas produziam perda de reforçadores. No experimento, as Fases 1, 3 e 5 eram iniciadas com uma instrução correspondente às contingências; as contingências em vigor na Fase 1 eram revertidas na Fase 2, restabelecidas na Fase 3, novamente revertidas na Fase 4 e restabelecidas na Fase 5. Aos participantes foram apresentadas duas condições, que diferiam quanto à fase na qual um observador era introduzido na situação experimental. Os resultados

sugeriram que, mesmo quando é monitorado, o seguimento de instruções tende a deixar de ocorrer quando produz perda de reforçadores.

Os resultados encontrados por Pinto et al. (2008), Albuquerque et al. (2004), forneceram um indicativo de que a perda de reforçadores não favorece a manutenção do seguimento da regra e possibilita o contato com as contingências naturais.

No estudo de Paracampo et al. (2007), os autores buscaram investigar as condições sob as quais o seguimento de regras é mais ou é menos provável de ser mantido, de acordo com utilização de consequências diferentes das tradicionalmente usadas na literatura. Assim, o objetivo foi verificar se o seguimento de regras também tende a ser abandonado quando produz outras consequências, além de perda de reforçadores, verificando também se este comportamento tende a ser mantido, após a mudança nas contingências, quando deixa de produzir outras consequências reforçadoras, além de pontos e fichas.

Os participantes foram distribuídos em quatro condições experimentais constituídas de quatro fases. Em todas as condições, a Fase 1 era iniciada com a apresentação de uma instrução correspondente às contingências de reforço programadas para a fase e o início de cada uma das Fases 2, 3 e 4 era marcado apenas pela mudança, não sinalizada, nas contingências programadas. As quatro condições diferiam entre si quanto à natureza e ao tipo de consequência programada para as respostas nas Fases 2 e 4. As Condições 1 e 2 também diferiam das Condições 3 e 4 quanto à consequência descrita na instrução correspondente

Portanto, os participantes foram expostos a um procedimento de escolha segundo o modelo, no qual o comportamento de seleção de estímulos era estabelecido por regra na primeira fase. As contingências na Fase 1 eram revertidas na Fase 2, restabelecidas na Fase 3 e novamente revertidas na Fase 4. As condições diferiram quanto à natureza e ao tipo de consequências programadas.

Como parte dos resultados observou-se que o seguimento da regra tendeu a ser abandonado quando passou a produzir um som ou a palavra “Errado” e tendeu a ser mantido quando deixou de produzir bombons ou a palavra “Certo”. Com isso, os resultados ampliam a generalidade da proposição de que o seguimento de regras tem maior probabilidade de ser abandonado quando produz consequências aversivas do que quando produz outras consequências e sugerem que a manutenção desse comportamento depende, em parte, do tipo de consequência por ele contatada.

Sugere-se que o contato com as consequências diferenciais para o seguimento e para o não seguimento de regras contribui para determinar a manutenção ou não do seguimento de regra. Têm-se assim, três contingências envolvidas: 1) as contingências que descrevem as regras; 2) as contingências que mantem o seguimento da regra, e 3) a contingência real, correspondente, de preferência à regra.

Para o estudo dos procedimentos de transferência de controle entre reforçadores, estes dados implicam em considerar que, apesar do comportamento controlado por regras (aqueles comportamentos que serão instalados e previstos pelo planejador) tender a permanecer inalterado quando as contingências de reforço mudam, o tipo de consequência pode alterar sua probabilidade de ocorrência. Com isso, as regras a serem estabelecidas para a manutenção dos comportamentos, devem e podem prever consequências que garantam maior probabilidade de acompanhamento à mudança.

Dessa maneira, as regras não necessariamente geram insensibilidade, pois, conforme os estudos apresentados, apesar do comportamento estabelecido por regras (instruções, por exemplo) parecer pouco sensível a alterações nas contingências de reforço, dependendo das circunstâncias, como uma mudança no esquema de reforço ou na relação de controle com os antecedentes, pode-se verificar variações nas contingências de reforço, mesmo que poucas.

Ainda que os dados apontem a eficácia das consequências aversivas para atingir tal efeito, e estas não sejam tão indicadas pelos analistas do comportamento (SKINNER, 1989), esses dados podem contribuir para que a transferência de controle entre reforçadores seja realizada, pois como controle inicial pelas consequências imediatas e arbitrárias pode ser necessário para o reconhecimento da consequência última, e estas podem ser retiradas, as consequências aversivas poderiam ser substituídas aos poucos. E também, poderiam se testar outros tipos de consequências considerando esse tipo de contexto, para que o indivíduo entre em contato com as contingências naturais garantindo o acompanhamento das mudanças das contingências.

Outro estudo que é consistente com o argumento de que o comportamento de seguir regras depende, em parte, do tipo de consequência por ele produzida (ALBUQUERQUE et al., 2004; PARACAMPO; ALBUQUERQUE, 2004; PINTO et al., 2008) foi realizado por Monteles et al. (2006).

No estudo de Monteles et al. (2006), com o objetivo de investigar os efeitos de variáveis envolvidas no seguir regras, crianças foram expostas a um procedimento de escolha entre dois estímulos de comparação na presença de um estímulo condicional relacionado ao estímulo contextual. As respostas corretas eram reforçadas com fichas. Na Fase 1 da Condição 1 nenhuma resposta era reforçada e na Fase 1 das Condições 2 e 3 havia reforço diferencial das respostas corretas. Na Fase 3 das três condições, a manutenção do seguir regra não produzia ficha, mas produzia elogio na Condição 3. O seguir regra foi mantido nas Condições 1 e 3 e foi abandonado na Condição 2.

Sob estas condições, o controle pelas consequências sociais tendeu a impedir o controle pela história de reforço contínuo sobre o comportamento de seguir regra que não produzia as consequências por ela especificadas. Os resultados sugerem, portanto, que a manutenção do comportamento de seguir regra pode depender não apenas das condições que

o antecedem, mas também do tipo de consequência por ele contatada (MONTELES et al., 2006).

Para Monteles et al., (2006) a apresentação do reforço social favoreceu o seguimento de regra. Isso porque talvez essa consequência tenha funcionado como um exemplo da classe de consequências sociais a que crianças geralmente são expostas quando fazem alguma coisa considerada “correta” nas interações com adultos.

Outro aspecto que pode ser investigado é a história prévia de reforçamento em relação ao comportamento de seguir ou não as regras. No contexto das intervenções culturais, levando em consideração que o analista do comportamento estará em contato com uma intervenção para mais de um indivíduo, ou seja, estará em contato com diferentes histórias de reforçamento em relação ao comportamento de seguir regras, pode se sugerir que o controle por regras em um grande número de pessoas seja difícil de estabelecer.

O estudo de Cortez e Reis (2008) investigou se a história prévia de aprendizagem por controle de regras ou pelas contingências pode afetar diferencialmente a sensibilidade às contingências. Foi utilizado um procedimento de escolha de acordo com o modelo realizado em computador com seis universitários, distribuídos em duas condições experimentais, organizadas em duas fases.

Na Fase 1, três participantes foram treinados em um procedimento de modelagem (aprendizado pelas contingências); os restantes receberam instruções num procedimento de aprendizagem pelas regras. Na Fase 2, todos foram expostos a condições nas quais mudanças não sinalizadas das contingências foram programadas. Observou-se que cinco dos seis participantes alteraram seus desempenhos quando houve mudanças nas contingências, apontando para a sensibilidade independentemente das condições prévias de aprendizagem.

Este dado pode ser importante, uma vez que, para planejamento cultural, a aprendizagem de novos comportamentos pode ser assim facilitada e realizada com maior

rapidez dada a eficácia e sensibilidade às regras, sendo independente das condições prévias de aprendizagem e assim favorecer a transferência de controle.

Ao considerar a possibilidade de instalação de um novo comportamento no contexto do planejamento cultural, através dos procedimentos de transferência de controle, o analista do comportamento se depara com mais uma problemática: como prescrever ou programar consequências de longo prazo se o comportamento não pode ficar sob controle de eventos descritos nas regras e porque ainda não ocorreram? Para ilustrar, retomando o exemplo de epidemias de dengue, como prescrever ou programar melhoria nas políticas de saúde (consequências de longo prazo) se o comportamento (retirar pratos de vasos) não fica sob controle do que as campanhas publicitárias informam?

E, se são as consequências que alteram a probabilidade do comportamento vir a ocorrer no futuro, como o analista do comportamento pode então pensar em transferência de controle? Para Skinner (1975) as regras não alteram necessariamente a probabilidade de um comportamento vir a ocorrer no futuro, mas sim as consequências.

Considerando tais questões, de acordo com Albuquerque e Paracampo (2010), concordando com Albuquerque (2005) e apresentando uma proposição distinta de Skinner (1975), as regras podem alterar a probabilidade do comportamento de seguir regras vir a ocorrer no futuro, o que dependerá das propriedades formais de uma regra. As propriedades formais pode ser, por exemplo, se a regra está na forma de instrução ou ordem.

Para Albuquerque (2005) e Albuquerque e Paracampo (2010), o controle do comportamento por regras está relacionado a um evento que ocorreu no passado, mas a regra relata as consequências remotas ou atrasadas, por assim dizer as regras substituem essa consequência na explicação do comportamento. É nesse sentido que as regras alterariam a probabilidade de um comportamento vir a ocorrer no futuro, pois o comportamento que

aparentemente está sob controle de consequências remotas, está na verdade sob controle antecedentes de regras que relatam tais consequências.

Ainda conforme esses autores, o comportamento de seguir regras ocorreria não exclusivamente devido a uma história em que o seguimento de regras foi reforçado e o não seguimento de regras foi punido, mas também devido a uma história de exposição a regras que relatam promessas de reforço para o seguir e ameaças de punição para o não seguir. Ou seja, o seguir regras mantém contato com as justificativas (relato de consequências atrasadas) para o seguimento de regras, mas não com as consequências relatadas na justificativa (ALBUQUERQUE, 2005; ALBUQUERQUE; PARACAMPO, 2010).

Esses resultados são concordantes com as afirmações de Paracampo et al. (2001) sobre possibilidade do comportamento estar tanto sob controle das regras quanto sob controle das consequências imediatas, ou seja, controlado pela interação entre regra e contingência, quando é estabelecido por uma regra e sua manutenção depende de suas consequências imediatas.

Assim, sem desconsiderar a afirmação de Skinner (1975) de que o comportamento estabelecido por uma regra ocorre independentemente de suas consequências imediatas, pode-se acrescentar a essa ideia que quando o comportamento de seguir uma regra é afetado pelas consequências imediatas por ele produzidas, este comportamento deixa de ser controlado pela regra e passa a ser controlado pela interação entre a regra e as consequências imediatas por ele produzidas ou a ser controlado por suas consequências imediatas (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006).

Além disso, esse comportamento pode ser afetado por uma combinação entre a história de contato com as consequências relatadas nas promessas e ameaças e a história de exposição a regras que relatam promessas de reforço para o seguir e ameaças de punição para o não seguir e, nesse caso, o seguir regras mantém contato com as justificativas e com as

consequências relatadas nas justificativas (ALBUQUERQUE, 2005; ALBUQUERQUE; PARACAMPO, 2010).

Considerando as proposições de Albuquerque et al. (2004) e Paracampo e Albuquerque (2004), de acordo com Albuquerque e Silva (2006), comportamento de seguir regra para ocorrer depende da história do ouvinte de exposição a contingências sociais para comportamento de seguir regra e de sua história de exposição a regra (tais como acordos, ameaças e promessas) que relatam justificativas para a ocorrência do seguimento de regra, isto é, que relatam consequências remotas ou atrasadas para a ocorrência desse comportamento.

Segundo Albuquerque et al. (2011, p. 20):

[...] Outra grande vantagem de regras é que elas podem relatar eventos históricos e funcionar como substitutos atuais de tais eventos. Desta maneira, regras podem relatar a história pessoal de uma pessoa e transmitir práticas culturais. Podem relatar como o mundo era e dispensar a pessoa de “ir ao passado” para poder ser afetada pelos eventos que ocorreram, ou não. Uma terceira grande vantagem de regras é que elas podem relatar eventos futuros e também funcionar como substitutos atuais de tais eventos. Deste modo, regras podem relatar projetos de vida pessoal e planejamentos de práticas culturais. Podem relatar um mundo imaginário e dispensar a pessoa de “ir ao futuro” para poder ser afetada pelos eventos que poderão, ou não, vir a ocorrer.

Para Albuquerque et al. (2011), as regras podem tanto ampliar quanto restringir o ambiente que afeta as pessoas dependendo, em parte, do que elas relatam, isto é, de suas propriedades formais. O estudo apresentado por Braga, Albuquerque e Paracampo (2005) exemplifica essa proposição ao observar que os comportamentos verbais que especificam o comportamento que produzirá o reforço, tanto as perguntas quanto às instruções, podem estabelecer comportamentos novos e gerar insensibilidade do comportamento a mudanças nas contingências de reforço programadas, mas o controle exercido por instruções tende a ser mais persistente e apresentar pouca variação do que o controle por perguntas.

Nesse estudo utilizou-se um procedimento de escolha segundo o modelo, com três estímulos de comparação; a tarefa consistia em apontar para cada um dos três estímulos de comparação, em sequência. As sequências corretas eram reforçadas em FR6. Na Condição I, as Fases 1 (linha de base), 2, 3, 4 e 5 eram iniciadas com apresentação de instrução mínima, instrução correspondente, arranjo de estímulos, pergunta e arranjo de estímulos, respectivamente. Na Condição II foi invertida a ordem da apresentação da instrução correspondente e da pergunta. A instrução correspondente e a pergunta descreviam corretamente as contingências nas fases em que eram apresentadas. As transições entre as Fases 2, 3, 4 e 5 também eram marcadas pela mudança nas contingências (BRAGA; ALBUQUERQUE; PARACAMPO, 2005).

Como resultados observou-se que perguntas que especificam o comportamento que produz reforço, tal como instruções que especificam esse comportamento, podem estabelecer comportamentos novos e gerar insensibilidade do comportamento a mudanças nas contingências de reforço programadas. Tanto as perguntas como instruções foram classificadas como regras, mas o controle exercido por instruções tendeu a apresentar pouca variação e a ser mais persistente quando comparado com o controle exercido por perguntas (BRAGA; ALBUQUERQUE; PARACAMPO, 2005).

Esse dado também parece importante para o estabelecimento dos procedimentos de transferência de controle, uma vez que o planejador está interessado em qual tipo de comportamento verbal pode programar para a instalação de uma regra. As instruções no caso são mais indicadas do que as perguntas, apesar de ambas gerarem insensibilidade do comportamento de mudanças nas contingências de reforço.

É importante ressaltar que os autores que apoiam essas proposições apontam também que estas são passíveis de testes. Em resumo, para os autores dos estudos apresentados nessa seção, a regra é um estímulo antecedente verbal que pode exercer múltiplas funções.

Para estabelecer um comportamento é necessário que a regra especifique o comportamento a ser estabelecido para ser emitido, ou seja, que a sua forma seja determinada pela regra e que o comportamento ocorra independentemente de suas consequências imediatas. E para alterar a função de estímulos não é necessário que a regra especifique o comportamento a ser estabelecido e nem que especifique os estímulos a terem suas funções alteradas. Entretanto, nesse caso, o comportamento específico que se segue à apresentação da regra não poderia ser chamado de puramente controlado por regras, uma vez que sua forma seria determinada, em parte, por outras variáveis, e não exclusivamente pela regra que alterou a função do estímulo (ALBUQUERQUE et al., 2011).

Assim, pesquisas futuras podem investigar tais proposições, principalmente por considerar-se que essas apresentam aspectos tanto decorrentes das afirmações de Skinner (1975) quanto discordantes.

Com base nos dados encontrados nos estudos que incluíram as regras em seus procedimentos, foi possível elaborar uma tabela com as possíveis variáveis que afetam o seguimento de regras. Ressalta-se que a tabela foi elaborada com objetivo único de ilustrar de forma sintetizada as variáveis apresentadas nos textos avaliados, não esgotando todas as variáveis que afetam o seguimento de regra, uma vez que outras variáveis talvez possam estar apontadas em outros estudos que aqui não foram utilizados. Segue a tabela:

Tabela 4: Resumo das variáveis que afetam o seguimento de regras

<p style="text-align: center;">Tipo de consequência programada</p> <p>(Exemplo: reforço positivo, reforço negativo, reforço de curto prazo, reforço de longo prazo, reforço natural, reforço arbitrário, reforço social)</p>
<p style="text-align: center;">Monitoramento das respostas</p> <p>(Exemplo: presença daquele que apresenta a regra, - professor, experimentador)</p>
<p style="text-align: center;">História de reforçamento</p> <p>(Exemplo: história de reforçamento prévio à exposição ao programa de reforço planejado)</p>
<p style="text-align: center;">História de exposição às regras</p> <p>(Exemplo: história de exposição às regras do tipo acordos, ameaças, promessas).</p>
<p style="text-align: center;">História de exposição às contingências sociais de seguir regras</p>
<p style="text-align: center;">Propriedade formal do comportamento verbal programado para instalação da regra (instrução, pergunta).</p>
<p style="text-align: center;">Contingência correspondente ou discrepante da regra</p>

Os dados indicaram também a importância em se ampliar a compreensão do comportamento verbal, em forma de regras (a exemplos dos estudos preocupados com as propriedades das regras denominadas como formais e seus efeitos no controle do comportamento). As contingências estabelecidas pelas regras dependem do comportamento verbal de outra pessoa para ter função para o indivíduo que segue essa regra (MATOS, 2001). Ou seja, o comportamento controlado por regras depende do comportamento verbal de outra pessoa, que está sob controle de antecedentes verbais que descrevem contingências e ocorre independentemente de suas consequências imediatas (CORTEZ; REIS, 2008).

Segundo Glenn (2005), o comportamento verbal pode ser um reforçador de curto prazo e arbitrário, e pode ser compreendido como fundamental para a manutenção das contingências entrelaçadas; pode preencher o vácuo entre comportamento e consequências em longo prazo, como um estímulo discriminativo fazendo parte da contingência de reforçamento, que gera e mantém o comportamento; e quando o reforçamento social fornece as consequências que mantêm o comportamento sob o controle das regras até o momento em que as consequências em longo prazo possam ser distinguidas.

O comportamento verbal, por meio das regras de conduta a serem seguidas, preenche a lacuna existente entre o objetivo de longo prazo e o comportamento e, com isso, o processo cultural tecnológico pode propor mudanças que envolvam determinações de regras específicas, providências de consequências imediatas para a observância dessa regra e das consequências (TODOROV, 1987; TODOROV; MOREIRA, 2004).

Como exemplo, pode-se citar o texto de Martinelli, Chequer e Damásio (2006), que ao apresentarem as práticas presentes em um grupo de estudo (Núcleo ACPC), demonstraram que todas as atividades práticas foram produzidas de acordo com os princípios da Análise do Comportamento. Com isso, foi construído um ambiente com regras propostas para os membros do grupo e foram estabelecidas contingências para fortalecer uma formação profissional mantida pelas suas consequências.

A regra permitiu a definição de objetivos individuais e do grupo, juntamente com a definição das condições que deveriam ser mantidas para que os objetivos fossem atingidos e assim sendo fundamentais para a estruturação da prática. A regra tornou possível que os membros identificassem quais tipos de consequências reforçadoras para aquele contexto pudessem manter os comportamentos individuais e a prática cultural desejada, permitindo inclusive a referência à transferência de controle entre os reforçadores.

Em síntese, pode-se considerar que comportamento governado por regras oferece um amplo campo a ser investigado, principalmente no que se refere aos possíveis procedimentos que podem ser interessantes para as questões que podem envolver transferência de controle entre reforçadores. Os estudos apresentados indicam, em parte, as diferentes problemáticas que podem existir e os possíveis campos de atuação.

Fica claro que, tais dados foram utilizados apenas a título de ilustração de possíveis dificuldades ou fatores que os analistas podem se deparar para o estudo da cultura. Uma vez que não foi possível encontrar estudos que tratassem diretamente do comportamento governado por regras nesse contexto, ou na temática do planejamento cultural.

Nessa perspectiva, os dados encontrados nos textos podem ser úteis no sentido de exemplificar que a prescrição de regras implicou a descrição das contingências para mudanças nas práticas culturais requeridas, assegurando uma articulação entre os reforçadores imediatos e arbitrários para a manutenção das práticas, no curto prazo. E, com isso, assegurando o “reconhecimento” dos indivíduos aos efeitos benéficos de tais práticas no longo prazo, por consequências naturais vinculadas ao produto agregado.

Assim, tornou-se relevante considerar o papel das regras para tal “reconhecimento”, sugerindo discussões sobre: (in)sensibilidade às contingências naturais; suscetibilidade às consequências reforçadoras atrasadas descritas pelas regras e consciência.

Conforme Abib (2010), o termo *sensibilidade* pode ser considerado como sensação e percepção, referindo-se ao comportamento sentir, em que há uma coordenação afetivo-motora; e no sentido de suscetibilidade evoluída ao reforço, se referindo ao sentir coisas específicas (particulares ou ainda especiais, denominadas assim por Skinner, conforme Abib (2010)).

De acordo com Skinner (2006), a suscetibilidade especial às consequências reforçadoras deve ser explicada a partir da compreensão da suscetibilidade em termos do seu

valor de sobrevivência. A suscetibilidade possivelmente surgiu devido a um valor de sobrevivência vinculado às consequências naturais do comportamento e, por isso, não se concebe que comportamentos que não são necessariamente adaptativos possam ser fortalecidos por consequências reforçadoras devido ao seu valor de sobrevivência.

Entretanto, a suscetibilidade especial às consequências reforçadoras tem características que faltam à suscetibilidade a consequências naturais, ou seja, a suscetibilidade especial às consequências reforçadoras pode existir mesmo que não tenha necessariamente valor adaptativo, valor de sobrevivência (ABIB, 2010). Retomando um exemplo, o indivíduo obeso come alimentos não saudáveis e este comportamento não é necessariamente adaptativo, a suscetibilidade à comida como consequência reforçadora, nesse contexto, não é necessariamente adaptativa.

A característica que torna a suscetibilidade à consequência reforçadora evoluída sugere dificuldades para o planejamento cultural, ou seja, para projetos que objetivam a alteração de práticas culturais. Conforme Abib (2010), se o interesse é desenvolver projetos culturais, com valor de sobrevivência para os organismos, indivíduos, grupos sociais e culturas, é preciso de uma sensibilidade ao não acontecimento. Ou seja, alguns objetivos comportamentais estabelecidos para a alteração de uma determinada prática cultural requerem uma sensibilidade destinada a consequências remotas, distantes no tempo.

Entretanto, de acordo com Abib (2010), a sensibilidade ao não acontecimento não existe ou ainda é pouco desenvolvida. E nesse sentido, sugere-se novamente a importância do papel das regras, para assegurar o “reconhecimento” pelos indivíduos dos objetivos comportamentais que visam possíveis efeitos benéficos de determinadas práticas no longo prazo.

Outra questão envolvida no “reconhecimento” pelos indivíduos dos objetivos comportamentais envolvidos no planejamento de uma alteração de determinada prática cultural, é a questão da consciência.

De acordo com Skinner (1975), o indivíduo está consciente do que está fazendo quando descreve a topografia do seu comportamento, e está consciente do por que o faz, e as condições (antecedentes) em que faz quando descreve variáveis relevantes, como o reforço. Esse comportamento auto descritivo é gerado pela comunidade verbal, pois é ela quem pergunta ao indivíduo o que ele está fazendo ou porque ele está fazendo algo, e que reforça as respostas desse indivíduo.

Conforme De Rose (1982), pode-se dizer que em um nível elementar um indivíduo tem consciência de uma determinada situação quando ele responde de modo adequado, produzindo certo tipo de consequência reforçadora.

Entretanto, quando a comunidade verbal estabelece consequências reforçadoras para respostas de um indivíduo aos estímulos provenientes de seu próprio comportamento, a consciência envolve também um nível mais específico e elevado de sensibilidade às contingências de reforçamento. As respostas de um indivíduo podem ser relatos do próprio comportamento que são encorajados e correspondentemente reforçados, dependendo da cultura.

Ainda conforme De Rose (1982), a parte principal da situação na qual uma resposta descritiva é frequentemente reforçada por interesse, atenção ou e por ações de outros indivíduos, são os estímulos (principalmente proprioceptivos) originados pelo comportamento. Assim, pode-se dizer que uma pessoa é consciente de sua ação, quando é sensível a este tipo de contingência.

Portanto, a consciência, definida pela capacidade do indivíduo descrever o seu comportamento, e as variáveis relevantes que o mantém, sugere que o indivíduo poderá

comportar-se com maior eficiência. O repertório auto descritivo do indivíduo se torna útil para ele mesmo e também para os outros, e devido à maximização do reforço que advém da aquisição deste repertório auto descritivo, as comunidades verbais mantêm contingências de reforço que fazem com que o indivíduo adquira consciência, no sentido de ser capaz de relatar o seu comportamento e variáveis das quais ele é função (DE ROSE, 1982).

Entretanto, no contexto do planejamento de uma prática cultural observa-se a dificuldade em elaborar estratégias que garantam que o indivíduo “adquira” consciência a fim de alterar a prática.

Ressalta-se que os repertórios típicos de “conscientização” (no sentido de estar esclarecido, de estar ciente de alguma coisa) de modo algum garantem o integral envolvimento com ações práticas. Ou seja, manifestar-se verbalmente em concordância não significa (no sentido de não corresponder a) a adoção das correspondentes ações requeridas pela situação.

As práticas culturais destrutivas estão presentes em todas as populações e, mesmo com alternativas informais de controle e combate, os problemas ambientais, as epidemias, a violência, as diferenças sociais e as guerras ameaçam a sobrevivência dos indivíduos e conseqüentemente das culturas nas quais estão inseridos. Estar “conscientes” dos problemas ambientais e de saúde, por exemplo, não nos garante ações concretas de mudança de nossas práticas culturais em relação a elas. São necessárias, inegavelmente, conseqüências seletivas para os comportamentos implicados. (CARARRA, et al. 2010).

Por exemplo, observa-se que grande parte da população, embora “consciente” da importância da prevenção à proliferação do vetor transmissor de doenças, como a dengue, da necessidade de conservação de água, energia elétrica, petróleo e outros recursos naturais não se engaja efetivamente em práticas culturais (comportamentos coletivos articulados para uma determinada finalidade) de prevenção (CARARRA, et al. 2010).

As contingências comportamentais que mantêm o comportamento proporcionado pela comunidade verbal podem ser responsáveis pelo fato de o indivíduo “saber o que faz” no sentido de ser capaz de descrição da resposta, mas não necessariamente por “por que se faz”, no sentido de ser capaz de identificar variáveis relevantes (SKINNER, 1975, p. 108).

O comportamento é modelado e mantido por contingências que atuam mesmo quando o indivíduo não se dá conta delas, pois a sensibilidade do indivíduo às contingências do ambiente não requer a consciência (DE ROSE, 1982). Nesse sentido, é importante que o indivíduo seja capaz de identificar as variáveis relevantes, e com isso identificar também as ações que representarão a alteração efetiva de tal prática, constituída pelo comportamento desse indivíduo.

4.2 Prescrição de reforçadores em procedimentos de transferência de controle: implicações éticas

Considera-se importante mencionar que os aspectos ético-morais fizeram-se presentes nos textos relacionados à questão do planejamento cultural (ABIB, 2001; CARRARA, 2008; DITTRICH, 2008; MELO; DE ROSE, 2006; SKINNER, 1978, 1989; TODOROV, 2004), pois considerando a possibilidade de atuação do analista do comportamento nesse âmbito (com o papel de planejador), tais aspectos podem nortear a prática desse profissional que deverá analisar as contingências envolvidas.

Observa-se que considerar tais questões constituiria um caminho para auxiliar os analistas do comportamento no planejamento das práticas culturais, estabelecendo ou identificando as consequências reforçadoras para manutenção dos comportamentos que compõem as práticas. Nesse cenário, reitera-se que o conceito de reforçador é relevante para o planejamento cultural, concordando com Skinner (1989) principalmente quanto à efetividade dos reforçadores de curto prazo e quanto à distância temporal entre consequências e

comportamento, aspectos estes que, via de regra, podem estar associados a uma série de práticas prejudiciais para determinada cultura.

Nesse sentido, o planejador se deparará com uma série de decisões que deverão ser tomadas para orientar seu trabalho. De acordo com Skinner (1989), como parte da análise sobre o processo de tomar decisões, consiste em prever as possíveis consequências das ações atuais. Assim, o planejador deve prever não somente as consequências envolvidas na prática cultural estudada, mas também quais as consequências dos seus próprios comportamentos, uma vez que estas refletirão diretamente em seu planejamento.

Trata-se de tentar, portanto, na medida do possível, lançar um olhar sobre um futuro que obviamente ainda não existe (DITTRICH, 2010), e tomar decisões considerando os aspectos éticos e morais que estão presentes na prática. Porém, conforme Dittrich (2010), o que é exatamente necessário prever ao tomar decisões éticas? De acordo com Dittrich (2008, p. 256):

A mera perspectiva de que certas consequências de longo prazo ocorram não basta quando o objetivo é o controle eficiente do comportamento humano. No campo do planejamento cultural, o comportamento precisa ser controlado por consequências no curto prazo para que produza consequências benéficas no longo prazo [...]. A utilização dos reforçadores imediatos para a produção de comportamentos com consequências favoráveis à sobrevivência das culturas é a própria essência da ideia de planejamento cultura.

Entretanto, como saber se tais consequências de fato garantirão o reconhecimento no longo prazo? Quais procedimentos que devem ser adotados pelo planejador? (DITTRICH, 2008). No contexto da educação, por exemplo, é comum encontrar procedimentos utilizados na programação de ensino em que são previstos diferentes tipos de consequências para o comportamento do aluno, e alguns dos resultados de estudos com esses procedimentos, como o realizado por Fernandes e Santos (2009), permitiram concluir que o planejamento de contingências reforçadoras mostrou ser uma forma eficaz para mudar o comportamento dos alunos no contexto escolar.

No entanto, nos contextos do estudo das práticas culturais constituídas e constituintes de uma cultura, a reflexão contida na publicação de Dittrich (2010) pode representar as dificuldades com as quais o analista pode se deparar ao buscar realizar essa tarefa, além de apresentar possíveis caminhos para superar tais dificuldades.

Buscando responder as questões aqui levantadas e já citadas por Dittrich (2010), o mesmo autor sugere alguns parâmetros que podem orientar as previsões, facilitar o processo de decisão e possivelmente contribuir para a elaboração de procedimentos com a previsão da transição de controle entre reforçadores.

Conforme sugere Dittrich (2010):

- 1) Categorização das consequências, pois como algumas práticas podem produzir simultaneamente diversas consequências, a categorização dessas pode ser útil.
- 2) Definição das pessoas ou grupos afetados, já que também interessam ao analista do comportamento as consequências das ações para o grupo e para o indivíduo.
- 3) Definição dos efeitos seletivos das consequências.
- 4) Definição da sequência temporal das consequências, pois as ações atuais têm consequências estendidas no tempo, e com isso pode ser preciso prever sequências de consequências. Entretanto, é importante considerar que quanto mais distantes no tempo as consequências planejadas, mas difícil é a sua precisão.

Dittrich (2010) também aponta duas limitações importantes da análise de consequências, são elas: 1) o procedimento de previsão está sujeito a falhas, devido principalmente à complexidade das variáveis envolvidas em contextos culturais; e 2) a análise de consequências não resolve o *problema moral*⁴, ou seja, mesmo havendo acordo sobre possíveis consequências de um dado curso de ação, deve-se mesmo assim produzi-las?

⁴ Grifo do autor.

Sugere-se aqui que, apesar dessas limitações levantadas por Dittrich (2010), parece válido considerar que diante do crescente número de estudos preocupados com os comportamentos envolvidos na constituição das práticas culturais, as etapas sugeridas por esse autor podem nortear o processo de tomada de decisão que deve ocorrer anteriormente ao estabelecimento dos procedimentos de transferência de controle entre reforçadores, uma vez que essas etapas podem auxiliar no esclarecimento dos aspectos específicos de cada consequência envolvida.

Outros dados que podem auxiliar a escolha das etapas que norteiam as escolhas de procedimentos para o analista do comportamento são os apresentados por Melchiori et al. (1991) e Carrara et al. (2012). No estudo de Melchiori et al. (1991), os autores buscaram uma tentativa de formulação de propostas de atuação na área de deficiência mental, com base em uma análise de contingências. No estudo de Carrara et al. (2012), os autores buscaram elaborar instrumentos que auxiliassem os pesquisadores na tarefa preliminar de responder às principais indagações, de variada dimensão e natureza, que permeiam a atuação do analista comportamental da cultura.

No estudo de Melchiori et al. (1991), a análise comportamental foi desenvolvida em basicamente três etapas gerais, que consistiram em:

- 1) descrever e especificar as necessidades gerais da população, com uma especificação dos dados de forma a garantir um controle de estímulos apropriado;

- 2) especificar sobre o que deve ser alterado, em termos comportamentais: quais devem ser as *consequências* ou *produtos* que se espera de intervenções que possam ser consideradas efetivas;

- 3) propor e descrever quais as prováveis *maneiras de agir* (ações ou intervenções) necessárias para, lidando com as situações concretas da população, transformá-las, produzindo as consequências desejáveis.

Essas etapas se assemelham às sugeridas por Carrara et al. (2012) que incluem algumas observações e sugestões a serem consideradas no delineamento cultural, tais como:

1) Identificar e descrever a demanda social por mudança (solicitação da comunidade? Iniciativa de governo? Consulta democrática à comunidade? Respeito às normas legais?).

2) Delimitar objetivo, etapas e prazos para atingi-los.

3) Considerar se há apoio institucional, governamental e/ou da própria população para a consecução do planejamento. Havendo apoio, questionar se o plano poderá, mediante resultados positivos, vir a subsidiar políticas públicas no setor?

4) Proceder à revisão bibliográfica sobre a temática e procedimento a serem abordados no planejamento.

5) Descrever o tipo de mudança requerida em uma prática cultural (enfraquecimento ou extinção de prática; fortalecimento ou instalação de nova prática.

6) Listar reforçadores imediatos, de longo prazo, arbitrários e naturais disponíveis – elaborar documento para consulta rápida no processo de execução.

7) Caracterizar população-alvo (número de pessoas, sexo e faixa etária, nível socioeconômico, quando e se for o caso)

8) Descrever os procedimentos de consecução a serem utilizados, definindo situações, comportamentos (práticas culturais) e eventos modeladores e selecionadores dos repertórios a serem instalados/alterados.

9) Verificar a necessidade de realização de estudo-piloto para testar instrumentos empregados.

10) Verificar quais as estratégias a serem adotadas para reduzir as primeiras contingências cerimoniais e fortalecer as tecnológicas.

11) Delimitar qual o produto agregado identificado. Se este é mensurável, se ficará claro para os participantes qual é o produto agregado e as consequências culturais, e como será procedimento de informação?

12) Delimitar quais as consequências individuais e aquelas que dependem de comportamento entrelaçado.

13) Verificar a facilidade e a viabilidade da identificação, no contexto da realidade já existente, dos comportamentos e suas consequências.

14) Indicar se haverá benefícios/prejuízos para populações adjacentes (havendo prejuízo, voltar à caracterização da demanda).

15) Informação à comunidade sobre repertórios, condições de emissão de comportamentos e consequências para respectivos comportamentos.

16) Identificação clara dos responsáveis pela execução do plano e de cada uma de suas funções no contexto do planejamento.

17) Identificação da equipe de consulta e resolução de problemas de execução.

18) Informação sobre data, condições e requisitos para início da intervenção aos participantes.

19) Início do programa: datas, local, condições.

20) Execução – coleta de dados – avaliação – relatório – *feedback* à população – disseminação dos resultados, respeitadas as normas éticas para pesquisa e intervenção.

Diante disso, observa-se que tais considerações, levantadas e sugeridas pelos autores, podem constituir um caminho para auxiliar os analistas do comportamento no planejamento das práticas culturais, estabelecendo ou identificando as consequências reforçadoras para manutenção dos comportamentos que compõem as práticas. Nesse cenário, reitera-se que o conceito de reforçador é relevante para o planejamento cultural, concordando com Skinner (1989) principalmente quanto à efetividade dos reforçadores de curto prazo e quanto à

distância temporal entre consequências e comportamento, aspectos estes que, via de regra, podem estar associados a uma série de práticas prejudiciais para determinada cultura.

Além da identificação das consequências reforçadoras, sugere-se que tais passos, orientações ou critérios para análise de uma determinada prática cultural, incluem a definição de objetivos de longo prazo e os comportamentos envolvidos para que tais objetivos possam ser atingidos.

Capítulo 5: Considerações finais

De acordo com Sampaio e Andery (2010), o estudo da cultura pela Análise do Comportamento passou de um momento de teorizar e interpretar sem muito embasamento empírico sistemático, para um momento de voltar-se para o desenvolvimento de questões metodológicas, tendo como grande desafio a construção de situações adequadas de pesquisa nesse contexto.

A literatura tem mostrado, por exemplo, que a possibilidade de alteração de práticas culturais, mediante a intervenção no arranjo de consequências para o comportamento das pessoas em grupo, pode-se depreender da utilização, anteriormente descrita, dos instrumentos conceituais de metacontingências e macrocontingências. Nesse sentido, considera-se que alguns dados encontrados nos textos pesquisados indicaram contribuições que parecem auxiliar na consolidação dos pressupostos teórico-práticos da Análise Comportamental da Cultura para que o delineamento cultural seja possível, considerando (sem exclusão das contingências) as metacontingências e macrocontingências como unidades de análise das práticas culturais.

Os estudos também indicaram a possibilidades de articulação (no sentido de transição) entre os conceitos de reforçadores naturais, arbitrários, de curto prazo e de longo prazo, sendo destacada a importância dos reforçadores imediatos por sua efetividade dada à seleção filogenética e dos reforçadores de longo prazo por seu distanciamento temporal.

Em resumo, a transferência de controle entre reforçadores (abarcando os quatro qualificadores do reforço aqui tratados), pode ocorrer pelo planejamento reforçadores de individuais imediatos arbitrários, estreitamente relacionados com os reforçadores culturais de longo prazo, que podem sinonimizar consequências que, embora temporalmente distantes, são mais abrangentes e efetivas para muitos comportamentos dos indivíduos de uma comunidade.

Tais reforçadores podem ser a título de exemplo, a prevenção de doenças, a melhoria do trânsito, a preservação de recursos naturais, a sustentabilidade ambiental, os processos educacionais e políticos mais adequados, dentre outras questões que podem afetar o comportamento do indivíduo no contexto de uma sociedade.

Por exemplo, no planejamento de uma prática cultural que objetiva prevenir e controlar as práticas comportamentais que contribuem para propagação dos mosquitos transmissores da dengue (como a presença de criadouros de vetores da dengue em quintais), os moradores podem ganhar vales a serem trocados por alimento e outros bens de consumo por manterem suas casas sem foco do mosquito: está aí presente um reforço arbitrário (cupom ou vale) e temporário, a ser substituído gradativamente por reforçadores de longo prazo e naturais, representados por benefícios para a saúde das pessoas (CARRARA et al., 2010).

Entretanto, a questão de como planejar e prever essa articulação não foi considerada como principal questão nos textos voltados para os aspectos da cultura. Os textos indicaram a ausência de estudos descritivos de procedimentos experimentais para a realização de transferência de controle entre reforçadores no contexto cultural ou do planejamento cultural. Em decorrência, observou-se que a expressão transferência de controle aqui empregada para descrever procedimentos transição de controle entre reforçadores arbitrários e de curto prazo e, naturais e de longo prazo para a consolidação de repertórios de práticas culturais, parece carecer de mais investigações.

Mesmo diante dessas dificuldades, a estratégia de recorrer aos estudos que envolveram os conceitos e elementos indicados como importantes para a compreensão da cultura pode contribuir para algumas indicações sobre os procedimentos de transferência de controle. Retomando, sinteticamente:

- 1) Reforçadores de longo prazo e de curto prazo

Considerou-se que os reforçadores de longo prazo demandaram maior interesse dos autores analisados do que por reforçadores naturais e arbitrários, embora aparentem constituir dicotomias que precisem ser tratadas de modo inter-relacionado. Diante disso, pode-se observar uma quantidade maior de indicações para os procedimentos de transferência de controle em relação aos reforçadores de longo prazo.

Sugere-se que o analista do comportamento considere a existência da correlação negativa entre as taxas de respostas e valores de atraso do reforço, e que os efeitos do atraso do reforço sobre o responder operante variam em função do esquema de reforçamento vigente.

Com isso, as regras (seja em forma de instrução ou ordens) podem ser consideradas um elemento importante para garantir que essa relação passe a ser positiva, de maneira que o tempo entre a emissão da resposta e a liberação da consequência produza efeitos para o fortalecimento da relação, garantindo o reconhecimento da consequência última, prevista no planejamento cultural. As regras podem descrever relações em que se minimizem os efeitos danosos de reforçadores imediatos que controlam o comportamento operante do indivíduo e podem favorecer o controle do comportamento também por consequências atrasadas.

Em termos de procedimentos de atraso de reforço, observou-se que eles diferem em várias dimensões, e devem prever que dificilmente há o isolamento dos efeitos da relação temporal entre as respostas e reforçadores e outras características do ambiente que muitas vezes acompanham os atrasos; por exemplo, como estímulos ou mudanças na distribuição temporal.

2) Reforçadores naturais e arbitrários

Alguns conceitos envolvidos na temática do trabalho parecem não estar consolidados ou apresentam em algum momento dúvidas sobre suas definições e utilização, como os questionamentos sobre os conceitos de reforçadores naturais e arbitrários. Essas (in)definições

podem dificultar o estabelecimento de procedimentos de transferência de controle, uma vez que, esses conceitos permeiam essa questão e devem estar previstos nos delineamentos culturais.

Em termos de procedimentos para a transferência, os comportamentos que inicialmente são mantidos por reforçadores arbitrários, devem passar a serem mantidos pelos reforçadores naturais ao entrarem em contato com as contingências que preveem esse tipo de reforçador.

3) Regras e comportamento verbal – como os elementos fundamentais para a transferência de controle.

Se para Skinner (1977) as regras descrevem as contingências, mas não alteram necessariamente a probabilidade de um comportamento vir a ocorrer no futuro (quem as altera são as consequências), os efeitos sobre o comportamento governado por regras podem não ser equivalentes aos efeitos da modelagem por contingências naturais, o que pode ter implicações desfavoráveis sobre a busca de consistência na modificação das práticas culturais, a menos que tenham consequências previstas para o seu seguimento.

Para implementar variações nas contingências que permeiam e mantêm práticas culturais, especialmente com a função de assegurar um “reconhecimento” da comunidade aos efeitos benéficos de tais práticas em longo prazo, o analista do comportamento deve planejar reforçadores imediatos estreitamente relacionados com reforçadores de longo prazo que, por sua vez, podem sinonimizar consequências às quais, embora temporalmente distantes, são mais abrangentes para a comunidade; tais como prevenção de doenças, processos educacionais e políticos mais adequados, dentre outras dimensões que afetam o comportamento do indivíduo dentro de uma sociedade.

Para isso, alguns autores (ALBUQUERQUE; PARACAMPO; 2010; ALBUQUERQUE; 2005) consideram que as regras podem alterar a probabilidade do

comportamento de seguir regras vir a ocorrer no futuro, pois, conforme anteriormente citado, o controle do comportamento por regras se relaciona a um evento que ocorreu no passado, mas também a regra relata as consequências remotas ou atrasadas, por assim dizer as regras substituem essa consequência na explicação do comportamento.

É nesse sentido que as regras alterariam a probabilidade de um comportamento vir a ocorrer no futuro, pois o comportamento que aparentemente está sob controle de consequências remotas, está na verdade sob controle antecedentes de regras que relatam tais consequências. Ou seja, os procedimentos de transferência de controle realizados em um planejamento cultural podem testar empiricamente a discordância entre esses autores e com isso propor procedimentos que garantam esse “reconhecimento”.

Assim, conforme Skinner (1989) considera-se que, o reforço pode ser usado como uma técnica de controle do comportamento do indivíduo. Através do uso da contingência de reforço, como por exemplo, esclarecendo a relação entre o comportamento e suas consequências como o uso de regras para o indivíduo, o controlador (ou planejador de uma prática) pode usar eventos reforçadores, tornando mais provável a modificação do comportamento controlado pelas contingências.

Referências

ABIB, J. A. D. (1996). Epistemologia, transdisciplinaridade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 12, n. 3, p. 219-229.

_____. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 1, p.107-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5211.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. (2010) Sensibilidade, felicidade e cultura. *Temas em Psicologia*, v. 18, n.2, p. 283–293. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol18n2/PDF/v18n2a03.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2012

ANDERY, M. A. P. A. (1993). Skinner: a cultura como um compromisso da ciência. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*. v. 1, n. 2, p. 144-154. Disponível em: <<http://www.journals.unam.mx/index.php/acom/article/viewFile/18210/17309>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

_____. (2001). Algumas notas sobre a contribuição do Behaviorismo para uma sociedade voltada para o futuro. In: BANACO, R. A. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: ESETec. Cap. 45, V. 1, p. 476-486.

ANDERY, M. A. P. A.; SÉRIO, T. M. A. P. (2005). O conceito de metacontingências: afinal a velha contingência de reforçamento é insuficiente? In: TODOROV, J. C.; MARTONE, R. C.; MOREIRA, M. B. (Orgs.). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: ESETec Editores associados: Cap. 12, V. 1, p. 149-160.

_____. (2007). Algumas notas sobre o conceito de contingência de reforçamento. In: ANDERY, M. A. P. A.; SÉRIO, T. M. A. P.; MICHELETTO, N. (Org.). *Comportamento e causalidade*. p. 60-68. (Publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

ANDERY, M. A. P. A., MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P. (2005). A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 1, n. 2, p. 149-165. Disponível em: <http://www.rebac.unb.br/vol1_2/rebac_andery_etal_2005.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

ALBUQUERQUE, L. C. (2005). Regras como instrumento de análise do comportamento. In: ALBUQUERQUE, L.C. (Org.). *Estudos do comportamento*. Belém: Edufpa. p. 143-176.

ALBUQUERQUE, L. C.; SILVA, F. M. E. (2006). Efeitos da exposição a mudanças nas contingências sobre o seguir regras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 1, p. 101-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29850.pdf>> . Acesso em: 23 mai. 2012.

ALBUQUERQUE, L. C; PARACAMPO, C. C. P. (2010). Análise do controle por regras. *Psicologia USP*, v. 21, n. 2, p. 253-273 Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000200004>. Acesso em: 20 mai. 2012.

ALBUQUERQUE, L. C.; MESCOUTO, W. A.; PARACAMPO, C. C. P. (2011). Controle por Regras: Efeitos de Perguntas, Sugestões e Ordens. *Acta Comportamentalia :Revista Latina de Análisis del Comportamiento* . v. 19, n. 1, p. 19-42. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/28011>>. Acesso em: 20 mai. 2012

ALBUQUERQUE, N. M. A. de; PARACAMPO, C. C. P.; ALBUQUERQUE, L. C. de. (2004). Análise do papel de variáveis sociais e de consequências programadas no seguimento de instruções. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 1, p. 31-42. Disponível em: <redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18817106>. Acesso em: 25 mai. 2012.

BARROS, T.de; BENVENUTI, M. F. L. (2012). Reforçamento automático: estratégias de análise e intervenção. *Acta Comportamentalia Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, v. 20, n. 2, p. 177-184. Disponível em: <www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/download/.../30535> Acesso em: 13 nov. 2012

BAUM, W. M. (1999). *Compreender o Behaviorismo: Ciência, Comportamento e Cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas.

BRAGA, M.; ALBUQUERQUE, L. de; PARACAMPO, C. (2005). Análise dos efeitos de perguntas e de instruções sobre o comportamento não-verbal. *Interação em Psicologia*, v. 9, n. 1, p.77-89. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/3288>>. Acesso em: 21 maio 2012.

BRINO, A. L. F; SOUZA, B. A., (2005). Comportamento verbal: uma análise da abordagem skineriana e das extensões explicativas de Stemmer, Hayes e Sidman. *Interação em psicologia*, v.9, n.2, p 251-230. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/4796>>. Acesso em: 17 nov. 2012

CARRARA, K. Acesso a Skinner pela sua própria obra: publicações de 1930 a 1990. *Didática*, São Paulo, v. 28, p. 195-212, 1992.

_____. (2008). Entre a utopia e o cotidiano: uma análise de estratégias viáveis nos delineamentos culturais. *Revista Psicolog*, v. 1, p. 42-54. Disponível em: <http://www.psicolog.com.br/e107_files/downloads/RevistaPsicologN1V1Artigo4.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

CARRARA, K. et al. (2010). *Delineamentos Culturais e Políticas Públicas: uma avaliação de estratégias comportamentais para o controle da dengue*. Relatório de Pesquisa apresentado à FUNDUNESP (não publicado).

_____. (2012). Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*.

CARVALHO NETO, M. B. (2002). Análise do comportamento: Behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, v. 6, n. 1, p. 13-18. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/download/2551>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

CATANIA, A. C. (1973). The concept of the operant in the analysis of behavior. *Behaviorism*, v. 1, n.2, p. 103-116. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/27758804?uid=3737664&uid=2129&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=56175642203>>. Acesso: 15 mai. 2012.

_____. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: ARTMED.

_____. (2001). Three Types of Selection and Three Centuries. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*. v. 1, n. 2, p. 151-159. Disponível em: <www.ijpsy.com/volumen1/num2/19.html>. Acesso em: 12 set. 2010.

CORTEGOSO, A. L. (2006). Comportamentos de indivíduos e práticas culturais: em busca de um consumo ético, responsável e solidário. In: GUILHARDI, H. J.; AGUIRRE, N. C. de (Orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade*. Santo André: ESETec. V. 17, Cap. 2, p. 23-33.

CORTEZ, M. de C. D; REIS, M. de J. D. dos. (2008). Efeitos do controle por regras ou pelas contingências na sensibilidade comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 10, n. 2, p. 143-155. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/183>>. Acesso em: 25 maio 2012.

DE ROSE, J. C.(1982) Consciência e Propósito no Behaviorismo Radical. In: PRADO JR. B. (org.). *Filosofia e Comportamento*. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/22840119/1076212129/name/Consciencia_e_Proposito_BehaviorismoRadical_JulioC.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

DEITZ, S. M. (1989). What Is Unnatural about "Extrinsic Reinforcement?". *The Behavior Analyst*, v. 12, n. 2, p. 255. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2742097/>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

DITTRICH, A. Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social. 2004. 480p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30266-31096-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

_____. (2006). A sobrevivência das culturas é suficiente enquanto valor na ética behaviorista radical. In: GUILHARDI, H. J.; AGUIRRE, N. C. de. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade*. Santo André: ESETec. V. 17 Cap. 2, p. 11-21.

_____. (2008). Sobrevivência ou colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o destino das culturas. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n. 2, p. 252-260. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722008000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 fev. 2011.

_____. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, v. 1, n. 1, p. 44-54. Disponível em: <http://www.revistaperspectivas.com.br/files/44-54_RP_2010_01_01.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012.

_____. (2011). Possibilidades da investigação conceitual/filosófica na análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, v. 15, p. 23-37. Número especial. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/25369/16999>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

FERNANDES, E. C.; SANTOS, A. C. (2009). Programação de contingências reforçadoras no fortalecimento de repertórios pró-sociais no contexto escolar. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva* v. 11, n. 2, p.285-304. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/403>>. Acesso em: 24 maio 2012.

FERSTER, C. B. (1967). Arbitrary and natural reinforcement. *The Psychological Record*, v. 17, p. 341-349. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/psycinfo/1967-14673-001>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

FERSTER, C. B; CULBERTSON, S.; PERROT-BOREN, M. C. (1977). *Princípios do comportamento*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP. (Originalmente publicado em 1968)

FERSTER, C.B.; SKINNER, B.F. (1957). *Schedules of reinforcement*. New York: Appleton-Century-Crofts.

FONSECA, C. M.; TOMANARI, G. Y. (2007). Contingência e contiguidade no responder de ratos submetidos a esquema de razão, intervalo e tempo variáveis. *Interação em Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 187-197. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/7292>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. (2009). Efeitos paramétricos do atraso do reforço sobre o responder de ratos submetidos a esquemas de razão e intervalos variáveis. *Interação em Psicologia*, v. 13, n. 2, p. 195-203. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/14646>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

FOWLER, A.; BAER, D.M. (1981). Do I have to be good all day? The timing of delayed reinforcement as a factor in generalization. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 143, p.13-24. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1308181/>> Acesso em: 12 abr. 2011.

GLENN, S. S. (2005). Metacontingências em Walden Two. In: TODOROV, J. C.; MARTONE, R. C.; MOREIRA, M. B. (Org) *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: ESETec Editores associados. Cap. 2, p.13-28. (1986)

_____. (1988). Contingencies and Metacontingencies: toward a synthesis of Behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, v. 11, n. 2, p. 161-179. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2741963/>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

_____. (1991) Contingencies and metacontingencies: relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In: LAMAL, P. A. (Org.). *Behavioral analysis of societies and cultural practices*. New York: Hemisphere Publishing Corporation. p. 39-73.

_____. (2004) Individual Behavior cultura and change. *The Behavior Analyst*, v. 27, n. 2, p. 133-151. Disponível em: <<http://accultura.files.wordpress.com/2007/09/glenn-2004-individual-behavior-culture-and-social-change.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2010

GLENN, S. S.; MALOTT, M. E. (2004a). Complexity and selection: Implications for organizational change. *Behavior and Social Issues*, v. 13, p. 89-106. Disponível em: <http://www.bfsr.org/BSI_13_2/13_2glen.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. (2004b). Are operant principles sufficient to understand organizations? Reply to Salzinger. *Behavior and Social Issues*, v. 13, p. 143-144. <http://www.bfsr.org/BSI_13_2/13_2gle6.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. (2004c). Behavioral and cultural classifications: reply to Mattaini. *Behavior and Social Issues*, v. 13, p. 131-133. Disponível em: <http://www.bfsr.org/BSI_13_2/13_2gle4.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. (2004d). On conceptual challenges: reply to Hayes and Houmanfar. *Behavior and Social Issues*, v. 13, p. 112-115. Disponível em: <http://www.bfsr.org/BSI_13_2/13_2gle2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

GONGORA, M. A. N., MAYER, P.C.M.; MOTA, C.M.S. (2009). Construção terminológica e conceitual do controle aversivo: período Thorndike-Skinner e algumas divergências remanescentes. *Temas em Psicologia*, v. 17, n.1, p. 209 – 224. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a17.pdf>>. Acesso em: 12 nov.2012

GUSSO, H. L.; KUBO, O. M. (2007). O conceito de cultura: afinal, a “jovem” metacontingência é necessária? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 9, n. 1, p. 139-144. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151755452007000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 abr. 2010.

HOLPERT, E. C. (2004). Questões sociais na Análise do Comportamento - Artigos do Behavior and Social Issues (1991-2000). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 6, n. 1, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/61>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

HOUMANFAR, R.; RODRIGUES, J. N. (2006). The metacontingency and the behavioral contingency: points of contact and departure. *Behavior and Social Issues*, v. 15, p. 13-30. Disponível em: <<http://ojphi.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/bsi/article/view/342/275>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

LATTAL, K. A. (2010). Delayed reinforcement of operant behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, v. 93, n. 1, p. 129-139. Disponível em: <http://seab.envmed.rochester.edu/abstracts/Jeababstracts/93/_93-129.htm>. Acesso em: 12 abr. 2011.

LOPES JR, J.; MATOS; M.A. (1995) Controle pelo Estímulo: Aspectos Conceituais e Metodológicos acerca do Controle Contextual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 11, n.1, p. 033-039.

LOS HORCONES. (1983). Natural Reinforcement in a Walden Two Community. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, v. 9, n. 2, p. 131-143. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/psycinfo/1985-30561-001>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

_____. (1992) Natural reinforcement: a way to improve education. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 25, p.71-75. Disponível em: <<http://seab.envmed.rochester.edu/abstracts/jabaabstracts/25/25-071.Htm>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

MALOTT, M. E.; GLENN, S. S. (2006). Targets of intervention in cultural and Behavioral change. *Behavior and Social Issues*, v. 15, p. 31-56. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/bsi/article/viewFile/344/267>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

MARTINELLI, J. C. M.; CHEQUER, M. A. A.; DAMÁZIO, M. A. C. (2006). Análise do comportamento e Prática Cultural ACPC - A experiência do Núcleo de estudos em análise do comportamento e Prática Cultural. In: GUILHARDI, H. J.; AGUIRRE, N. C. de. (Orgs). *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade*. Santo André: ESETec. v. 17, cap. 26, p. 282-287.

MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B.; TODOROV, J. C. (2005). Os fins e os meios de uma Ciência do comportamento. In: _____. (Orgs.) *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: ESETec. Cap. 1, p. 9-12.

MARTONE, R. C.; TODOROV, J. C. (2007). O desenvolvimento do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 3, n. 2, p.181-190. Disponível em: <http://www.rebac.unb.br/vol3_2/rebac_martone_etal_2007.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

MATOS, M.A. (1991). *As categorias formais de comportamento verbal em Skinner*. Anais da Reunião Anual de Psicologia de Ribeirão Preto, v.21, p.333-341. Disponível em: <http://www.terapiaporcontingencias.com.br/pdf/outros/as_categorias_formais_de_comportamento_verbal.PDF> Acesso em: 14 nov. 2012.

MATOS, M A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva*, v. 3, n. 2, p. 51-66. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/135>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

MATTAINI, M. A. (2004). Editorial: toward a natural science of cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, v. 13, p. 85-88. Disponível em: <http://www.bfsr.org/BSI_13_2/13_2matt.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. (2006). Will cultural analysis become as science?. *Behavior and Social Issues*, v. 15, p. 68-80. Disponível em:

<<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/bsi/article/view/380/262>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

MAZZO, I. M. B.; GONGORA, M. A. N. (2009). O conceito Skinneriano de comportamento eficaz. *Interação em Psicologia*, v. 13, n. 2, p. 229-240. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/download/11369>. Acesso em: 11 mar. 2011.

MELCHIORI, L. E.; SOUZA, D. G. de; BOTOMÉ, S. P. (1991). Necessidades da população como condição para intervenções profissionais: uma análise em relação à deficiência mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.7, n.1, p. 25-46. Disponível em: <<http://www.revistaptpt.unb.br/index.php/ptp/article/view/1410/404>>. Acesso em: 12 nov. 2012

MELO, M. C. (2008). *A concepção de Homem no Behaviorismo Radical e suas implicações para a tecnologia do comportamento*. 2008. 344 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.dfmc.ufscar.br/uploads/publications/4f048aaadc706.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

MELO, M. C.; DE ROSE, J. C. C. (2006). A tecnologia do comportamento na promoção do bem da cultura: uma análise conceitual de trechos da obra de B. F. Skinner. In: GUILHARDI, H. G.; AGUIRRE, N. C. de. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a Variabilidade*. Santo André: ESETec. V. 17, cap. 4, p. 41-50.

_____. (2012). A Sobrevivência das culturas em Skinner: um diálogo com o materialismo cultura de Harris. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p 119-128. Disponível em: <www.revistaptpt.unb.br/index.php/ptp/article/download/264/223>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MONTELES, K. M. C.; PARACAMPO, C. C. P.; ALBUQUERQUE, L. C. (2006). Efeitos de uma história de reforço contínuo e de consequências sociais sobre o seguir regras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 2, p. 186-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MOREIRA, M.B.; MEDEIROS, C.A. (2007) *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. Porto Alegre: Artmed.

PARACAMPO, C. C. P.; ALBUQUERQUE, L. C. (2004). Análise do papel das consequências programadas no seguimento de regras. *Interação em Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 237-245
235 Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/3259>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

PARACAMPO, C. C. P. et al. (2007). Efeitos de consequências programadas sobre o comportamento de seguir regras. *Interação em Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 161-173. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/7850>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. (2001). Efeitos de mudança em contingências de reforço sobre o comportamento verbal e não verbal. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento*, v. 9, n. 1, p. 31-55. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/14632>>. Acesso em: 20 maio 2012.

PASSOS, M. de. L. R. da F. (2003). Análise funcional do comportamento verbal em verbal behavior (1957) de B. F. Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v.5, n.2, p. 195-213. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 dez. 2012

PINTO, A. R.; PARACAMPO, C. C. P.; ALBUQUERQUE, L. C. de. (2008) Efeitos de perda de reforçadores sobre o seguir regras em participantes flexíveis e inflexíveis. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 4, n. 1, p. 111-125. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/viewArticle/846>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

SAMPAIO, A. A. S.; ANDERY, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 1, p.183-192. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a20v26n1.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SANTOS, J. A.; DE ROSE, J. C. C. (1999). A importância do reforço natural na formação do hábito de leitura. *Revista Olhar*, ano 1, n. 2, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.olhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/view/6/4>>. Acesso em: 3 jun. 2011.

SANTOS, G.M. dos et. al. (2012) Operantes verbais. In: NICODEMOS, B.B. et al.(Org) *Clínica analítico-comportamental*. Porto alegre: Artmed, p.64-76.

SÉRIO, T. M. A. P et al. (2008). *Controle de estímulos e comportamento operante: uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC.

SKINNER, B.F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

_____. (1975). *Contingências do Reforço*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores). (Trabalho original publicado em 1969).

_____. (1978). *Walden II: uma sociedade do futuro*. 2. ed. São Paulo, EPU. (Trabalho original publicado em 1948).

_____. (1987). Contrived Reinforcement. *The Behavior Analyst*, v. 5, p. 3-8. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2742015/pdf/behavan00070-0005.pdf>> Acesso em: 8 abr. 2011

_____. (1989). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).

_____. (2006) *Sobre o behaviorismo*. 10. ed. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).

_____. (2007) Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 9, n. 1, p.129-137. (Trabalho original publicado em 1981). Disponível em: <http://www.bfskinner.org/BFSkinner/Brazil_files/Selecao_por_consequencias.pdf> Acesso em: 14 set. 2010.

STRAPASSON, B. A. (2008) *Um estudo sobre o conceito de “prestar atenção” na Análise do Comportamento de B. F. Skinner*. 271 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/DetalhaDocumentoAction.do?idDocumento=110>>. Acesso em: 25 out. 2010.

STROMER, R.; MCCOMAS, J. J.; REHFELDT, R. A. (2000). Designing interventions that include delayed reinforcement: implications of recent laboratory research. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 33, n. 3, p. 359–371 Disponível em: <http://seab.envmed.rochester.edu/abstracts/jabaabstracts/33/_33-359.HTM>. Acesso em: 13 abr. 2011.

SOUZA, D. G. de (2001). O que é contingência?. In: BANACO, R. A. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*. Santo André: ESETEC Editores Associados. V. 1, p. 82-87.

TODOROV, J. C. (1985). O conceito de contingência tríplice na análise do comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 1, n. 1, p. 75-88. Disponível em: <www.revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/download/1116/233>. Acesso em: 23 maio 2012.

TODOROV, J. C. (1987). A constituição como metacontingência. *Revista: Ciência e Profissão*, v. 7, p. 9-13. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141498931987000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 mar. 2011.

_____. (2002). A Evolução do Conceito de Operante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 2, p. 123-127. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. (2004). Da Aplysia à Constituição: Evolução de Conceitos na Análise do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 2, p. 151-156. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n2/22467.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

_____. (2010). *Reforçadores arbitrários e reforçadores naturais*. Disponível em: <<http://jctodorov.blogspot.com.br/2010/10/reforcadores-arbitrarios-e-rereforçadores.html>>. Acesso em: 4 mar. 2011.

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M. (2004). Análise Experimental do Comportamento e Sociedade: um novo foco de estudo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 1, p. 25-29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n1/22302.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

TODOROV, J. C. et al. (2004). O Estatuto da Criança e do Adolescente como metacontingência. In: BRANDÃO, M. Z. S. et al. (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição: contingências e metacontingências, contextos sócio-verbais e o comportamento do terapeuta*. Santo André: ESETec. V. 13, p. 44-51.

TOURINHO, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, v. 7, n. 3, p. 213-222. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X1999000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. (2003). A produção de conhecimento em psicologia. A análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, p. 30-41. Disponível em: <<http://analisedocomportamento.files.wordpress.com/2010/09/tourinho-2003-a-producao-de-conhecimento-em-psi.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. (2006). Relações comportamentais como objeto da psicologia. *Interação em Psicologia*, v. 10, p. 1-18. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewArticle/5792>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

ULMAN, J. D. (1998). Toward a more complete science of human behavior: Behaviorology plus institutional economics. *Behavior Social Issues*, v. 8, p. 195-217. Disponível em: <<http://ojphi.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/bsi/article/view/329/3210>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

_____. (2004). Institutions and macrocontingencies: comments of Glenn an Malott's "Complexity and selection". *Behavior Social Issues*, v. 13, p. 147-15. Disponível em: <www.bfsr.org/BSI_13_2/13_2ulma.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

VAUGHAN, M. E.; MICHAEL, J. L. (1982). Automatic Reinforcement: an important but ignored concept. *Behaviorism*, v.10, p.217-227.

VICHI, C. (2005). Igualdade ou desigualdade: manipulando um análogo experimental de prática cultural em laboratório. In: TODOROV, J. C.; MARTONE, R. C.; MOREIRA, M. B. (Orgs.) *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: ESETec. p. 86-100.

VOLLMER, T. R; HACKENBERG, T. D. (2001). Reinforcement contingencies and social reinforcement: some reciprocal relations between basic and applied research. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 34, n. 2, p. 241-253. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1284320/pdf/11421320.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

ZILIO, D; CARRARA, K. (2009) B. F. Skinner: teórico da ciência e teórico da moral?. *Arquivos brasileiros de psicologia*., v. 61, n. 2. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 nov. 2012.

ZORTEA, T. C., et al (2007). *Agroturismo e Análise do Comportamento*: uma proposta de análise de práticas culturais em Venda Nova do Imigrante – ES. Disponível em: <http://accultura.files.wordpress.com/2007/10/agroturismo_-_sintese.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012